



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO - 2016
MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS

PROCESSO N.º:	84360/2016
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS
CNPJ:	24.772.287/0001-36
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
Ordenador de Despesas:	MAURO VALTER BERFT
RELATOR:	JOSÉ CARLOS NOVELLI
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	CAMPO NOVO DO PARECIS
NÚMERO OS:	5122/2017
EQUIPE TÉCNICA:	CLAUDIA ONEIDA ROUILLER, MICHELINE FATIMA DE SOUZA FALCAO, NELSON COSTIN



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. GESTORES.....	5
3. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA.....	6
4. RESULTADO DA ANÁLISE DAS AÇÕES DE GOVERNO.....	7
4.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município).....	7
4.1.1. Plano Plurianual - PPA.....	7
4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.....	8
4.1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA.....	8
4.1.3.1. Alterações Orçamentárias.....	9
4.1.4. Execução Orçamentária dos Programas de Governo.....	11
4.1.4.1. Execução Orçamentária.....	11
5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS.....	13
5.1. Responsabilidade Técnica.....	13
5.2. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320/64).....	13
5.2.1. Resultado da arrecadação orçamentária - quociente de execução da receita (QER).....	14
5.2.2. Quociente de execução da despesa (QED).....	14
5.2.3. Resultado da Execução Orçamentária - quociente do resultado da execução orçamentária (QREO).....	15
5.3. BALANÇO FINANCEIRO (Anexo 13 da Lei nº 4.320/64).....	15
5.3.1. Restos a pagar.....	16
5.3.1.1. Quociente de disponibilidade financeira para pagamento de restos a pagar.....	16
5.3.1.2. Quociente de inscrição de restos a pagar.....	17
5.3.1.3. Resultado dos Saldos Financeiros (Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros).....	17
5.4. BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo 14 da Lei nº 4.320/64).....	17
5.4.1. Situação financeira - Quociente da Situação Financeira (QSF) - Exceto RPPS.....	18
5.4.2. Dívida Pública.....	18
5.4.2.1. Quociente do Limite de Endividamento - QLE.....	19
5.4.2.2. Quociente da Dívida Pública Contratada (QDPC).....	20
5.4.2.3. Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP).....	21
5.5. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA.....	21
5.6. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA.....	23
5.6.1. Despesa Total.....	23
5.6.2. Educação.....	24
5.6.2.1. Limites Constitucionais e Legais.....	24
5.6.2.1.1. Ensino.....	24
5.6.2.1.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.....	24
5.6.2.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da educação.....	25
5.6.2.2.1. Indicadores da educação - rede municipal.....	26



5.6.3. Saúde.....	28
5.6.3.1. Limites Constitucionais e Legais.....	28
5.6.3.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da saúde.....	29
5.6.3.2.1. Indicadores da saúde.....	29
5.6.4. Pessoal.....	31
5.6.4.1. Regime Previdenciário.....	31
5.6.4.2. Limites Legais.....	31
5.7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	33
5.8. TRANSPARÊNCIA.....	33
5.8.1. Audiências públicas.....	33
5.8.2. Publicação de demonstrativos fiscais e atos oficiais.....	34
5.8.3. Conselhos.....	34
5.8.4. Conselhos Tutelares.....	35
5.8.5. Prestação de Contas Anuais de Governo.....	36
5.8.6. Comissão de Transição.....	36
6. POSTURA ANTE OS ALERTAS E RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO.....	37
7. LIMITES DE GASTOS DA CÂMARA MUNICIPAL.....	39
8. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES.....	39
9. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO.....	40
Anexo 1 - ORÇAMENTO.....	41
Quadro 1.1 - Créditos Adicionais do Período - Anexo.....	41
Quadro 1.2 - Despesas por Categoria Econômica.....	50
Quadro 1.3 - Alterações Orçamentárias Leis Autorizativas.....	50
Quadro 1.4 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias.....	54
Anexo 2 - ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS.....	55
Quadro 2.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO (Exceto Operações Intraorçamentárias).....	55
Quadro 2.2 - Receita e Despesa do RPPS - Exceto Intra.....	55
Quadro 2.3 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado.....	56
Anexo 3 - RESTOS A PAGAR.....	57
Quadro 3.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados.....	57
Quadro 3.2 - Disponibilidade para Pagamento de RP - 31/12/2016 - Poder Executivo (ART. 42 – LRF).....	58
Quadro 3.3 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2016 – Poder Executivo (ART. 42 – LRF).....	64
Quadro 3.4 - Indicador de Disponibilidade Financeira por Fonte do Município - Exceto RPPS.....	69
Anexo 4 - DÍVIDA.....	73
Quadro 4.2 - Dívida Consolidada Líquida - RPPS.....	73
Quadro 4.3 - Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP).....	73
Quadro 4.4 - Dívida Pública Contratada no Exercício.....	74
Quadro 4.5 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS.....	74
Quadro 4.6 - Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS.....	74
Anexo 5 - RECEITA.....	77
Quadro 5.1 - Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita.....	77
Quadro 5.2 - Receita Corrente Líquida (RCL).....	77



Quadro 5.3 - Deduções para RCL.....	78
Anexo 6 - ENSINO.....	79
Quadro 6.1 - Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212, CF).....	79
Quadro 6.2 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF).....	79
Quadro 6.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para pagamento de RP Processados do Ensino.....	80
Quadro 6.4 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	80
Quadro 6.5 - Gastos com Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério. Recursos FUNDEB.....	81
Anexo 7 - SAÚDE.....	82
Quadro 7.1 - Receita base para aplicação em ações e serviços públicos de saúde.....	82
Quadro 7.2 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde.....	82
Quadro 7.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para Pagamento de Restos a Pagar da Saúde.....	83
Quadro 7.4 - Despesas não consideradas como ações e serviços públicos de Saúde.....	84
Anexo 8 - PESSOAL.....	85
Quadro 8.1 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo /Janeiro a Junho.....	85
Quadro 8.2 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo /Julho a Dezembro.....	87
Quadro 8.3 - Gastos com pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (arts. 18 a 22 da LRF).....	89
Quadro 8.4 - Gastos com pessoal. Poder Legislativo (arts. 18 a 22 LRF).....	90
Quadro 8.5 - Apuração do cumprimento do limite legal individual - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016.....	90
Quadro 8.6 - Apuração do cumprimento do limite legal - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016.....	91
Quadro 8.7 - Gastos com Pessoal Detalhado.....	91
Anexo 9 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL.....	95
Quadro 9.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art.29-A, CF).....	95
Quadro 9.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF).....	95
APÊNDICE - A - Despesas liquidadas não enquadradas - Educação.....	97



1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 e aos arts. 29, inciso I e 149, inciso V da Resolução Normativa nº 14/2007/TCE-MT, apresenta-se o Relatório de Auditoria com o resultado do exame das contas anuais do Município de CAMPO NOVO DO PARECIS, exercício financeiro de 2016 com o objetivo de subsidiar a emissão do **Parecer Prévio sobre as Contas de Governo** prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Este relatório foi elaborado no período de 21 a 30/06/2017 na sede do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 5122/2017, e em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis à Administração Pública, bem como aos critérios contidos na legislação vigente.

Características do Município:

Data de Criação do Município	04/07/1988
Área Geográfica	9448,384
Distância Rodoviária do Município à Capital	444 KM
Estimativa de População do Município - IBGE - 2016	31.985

Site:<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

Parecer Prévio pelo TCE-MT de 2012 a 2015

Exercício 2012	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO
Exercício 2013	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO
Exercício 2014	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO
Exercício 2015	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO

Sistema Control-P

IGFM – Índice de Gestão Fiscal dos Municípios – 2012 a 2016

Trata-se de uma ferramenta que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso, subsidiados pelos dados recebidos por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC. Mediante a análise da evolução do IGFM - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS nos últimos cinco anos é possível compreender qual é o atual cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.



O indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.
2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.
3. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.
4. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.
5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.
6. IGFM Resultado Orçamentário do RPPS: avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:

- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,8 pontos.
- b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos.
- c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos.
- d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,4 pontos.

Segue quadro que apresenta o resultado histórico do IGF do município:

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Liquidez	IGFM - Investimento	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
2012	0,50	0,92	1,00	0,68	0,21	1,00	0,74	17
2013	0,69	0,50	1,00	0,25	0,42	0,76	0,61	36
2014	0,57	0,71	1,00	0,42	0,88	0,88	0,72	13
2015	0,53	0,59	1,00	0,53	0,87	0,96	0,71	25
2016	0,56	0,63	1,00	0,70	0,77	0,94	0,75	14

Site TCE (índice IGFM TCE-MT)

O Índice de Gestão Fiscal (IGFM) - IGF Geral no exercício de 2016 foi de 0,75 mostrou que o Município de Campo Novo do Parecis alcançou o Conceito B (BOA GESTÃO), pois o seu resultado está entre 0,6 e 0,8 pontos. Observa-se que a posição do município no ranking MT, em 2015, foi a 14ª posição, apresentando melhora em relação ao ano anterior (2015).

2. GESTORES



As contas do Município no exercício de 2016 estiveram sob gestão conforme segue:

Prefeito Municipal:

NOME	CARGO	PERÍODO
MAURO VALTER BERFT	GESTOR	01/01/2016 a 31/12/2016

Control-p

Presidente da Câmara:

NOME:	PERÍODO:
CLOVIS ANTONIO DE PAULA	01/01/2016 a 31/12/2016

Control-P

3. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:

a) PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

- Prefeitura Municipal de CAMPO NOVO DO PARECIS

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

- FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS

b) PODER LEGISLATIVO

- Câmara Municipal de CAMPO NOVO DO PARECIS



4. RESULTADO DA ANÁLISE DAS AÇÕES DE GOVERNO

4.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos de que os Entes Federativos se utilizam para demonstrar quais planos e programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:

- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Lei Orçamentária Anual – LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 166, e incisos, da Resolução Normativa TCE-MT nº 14/2007, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Nesse sentido, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações a fim de verificar as situações encontradas com os critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.

A seguir serão descritas as informações de interesse à emissão do Parecer Prévio, bem como as irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

4.1.1. Plano Plurianual - PPA

O PPA foi instituído pela Constituição Federal de 1988 que dispõe em seu art. 165, I, § 1º:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

(...)

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da



administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA é um planejamento estratégico de médio prazo (4 anos), no qual estão inseridos os programas que o governo pretende realizar, ordenando as respectivas ações para que se atinja os objetivos e metas estabelecidos nos quatro anos de mandato.

O PPA do Município de CAMPO NOVO DO PARECIS para o quadriênio 2014 a 2017, foi instituído pela Lei nº 1.621, de 13/12/2013, e foi protocolada sob o nº 31429-3/2013 no TCE-MT em 23/12/2013, portanto, em conformidade com o estabelecido no art. 166, II, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que estabelece o encaminhamento dessa peça de planejamento até 31 de dezembro do ano em que foi votada.

4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Inovação estabelecida na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO dispõe sobre as metas e prioridades do Poder Público, incluindo as despesas de capital para o exercício seguinte, disciplina a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, dispõe sobre as modificações da legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO é o instrumento estabelecido na Constituição Federal para fazer a ligação entre o PPA e a LOA, tendo como objetivo primeiro o estabelecimento dos parâmetros necessários à alocação de recursos no orçamento anual, de forma a viabilizar, na medida do possível, o atingimento das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no PPA que foram priorizados na LDO.

A LDO do Município de CAMPO NOVO DO PARECIS, para o exercício de 2016, foi instituída pela Lei nº 1840/2016, de 15/07/2016, foi protocolada sob o nº 223948 no TCE-MT em 05/12/2016, de acordo, portanto, com o art. 166, II, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que determina o prazo final para seu encaminhamento a este Tribunal até o dia 31 de dezembro do ano em que foi votada.

1) A LDO dispõe sobre as matérias definidas na legislação (art. 165, § 2º, da Constituição Federal e art. 4º da LRF).

4.1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes dos Entes Federativos, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder



Público; o Orçamento de Investimento das empresas em que os Entes, direta ou indiretamente, detenham a maioria do capital social com direito a voto; e o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A elaboração da LOA será orientada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e compatibilizada com o Plano Plurianual (PPA).

A LOA do Município de CAMPO NOVO DO PARECIS para o exercício de 2016 foi publicada no dia 21/12/2015, conforme Lei nº 1818/2015, de 18/12/2015, e foi protocolada sob o nº 4057/2016 no TCE-MT em 12/01/2016, de acordo, portanto, com o art. 166, I, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que determina o prazo final de envio dessa peça de planejamento até o dia 15 de janeiro de cada ano.

A referida peça de planejamento estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 134.742.320,00. Deste valor destinou-se R\$ 87.497.113,10 ao Orçamento Fiscal e R\$ 47.245.206,90,00 ao Orçamento da Seguridade Social.

1) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social (art. 165, § 5º da CF).

2) A LOA dispõe sobre as matérias definidas na legislação e atende o princípio da exclusividade (art. 165, §§ 5º ao 8º, CF; art. 5º, LRF).

4.1.3.1. Alterações Orçamentárias

Durante a execução do orçamento podem ocorrer fatos novos ou imprevisíveis que ampliam ou diminuem as necessidades coletivas planejadas, ocasionando a necessidade de se retificar o orçamento vigente. Esse mecanismo de alteração do orçamento vigente é viabilizado por meio da utilização dos chamados créditos adicionais.

Nesse sentido os créditos adicionais possibilitam que o orçamento seja readequado às reais necessidades da coletividade, consistindo em autorizações de despesas não previstas inicialmente ou insuficientemente dotadas.

Os Créditos Adicionais estão disciplinados pelos arts. 166, 167 e 168 da Constituição Federal, bem como nos arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320/64.

Na tabela abaixo demonstra-se as alterações realizadas no Orçamento mediante a abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município e o correspondente orçamento final.

Créditos Adicionais do Período:

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
R\$ 134.742.320,00	R\$ 36.488.928,91	R\$ 564.901,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.713.225,56	R\$ 150.082.924,82	11,38%



APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais por Unidade Orçamentária.

Créditos Adicionais – por fonte de financiamento:

RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 21.713.225,56
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 10.064.501,67
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 5.276.103,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento.

A série histórica da Lei Orçamentária, no período de 2012 a 2016, indica que a administração municipal vem aumentando a estimativa de suas receitas, conforme se pode observar:

HISTÓRICO DO ORÇAMENTO					
	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Estimada - R\$	R\$ 83.462.880,00	R\$ 87.341.300,00	R\$ 148.531.927,76	R\$ 126.858.420,00	R\$ 134.742.320,00
Variação %	-	104,64%	170,05%	-14,59%	6,21%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (exercício em análise).

Da análise das alterações orçamentárias realizadas por meio de créditos adicionais constatou-se o que segue:

- 1) Não houve autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados (art. 167, inc. VII, CF).**
- 2) Os créditos adicionais suplementares e especiais foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo (art. 167, inc. V, CF; art. 42, L. 4.320/64).**
- 3) Na abertura do crédito adicional especial assegurou-se a compatibilidade com a LDO (art. 165, § 7º, CF; art. 5º, LRF).**
- 4) Não houve abertura de créditos extraordinários no exercício analisado (art. 167, § 3º, CF; art. 41, inc. III, L. 4.320/64).**
- 5) A transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro ocorreram com prévia autorização legislativa (art. 167, inc. VI, CF).**



4.1.4. Execução Orçamentária dos Programas de Governo

Demonstra-se, a seguir, o resultado da execução do orçamento sob a ótica do cumprimento das metas previstas no PPA e LDO e da realização de programas de governo e dos orçamentos:

4.1.4.1. Execução Orçamentária

Programas de Governo – Previsão e Execução:

COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Previsão Atualizada
0001	ACAO LEGISLATIVA	R\$ 5.316.500,00	R\$ 4.916.500,00	R\$ 4.608.988,31	93,74%
0002	AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA	R\$ 562.200,00	R\$ 607.848,62	R\$ 108.348,52	17,82%
0009	BEM MORAR	R\$ 20.400,00	R\$ 225.748,84	R\$ 55.590,80	24,62%
0006	CAMPO NOVO MAIS SAUDE	R\$ 22.685.351,10	R\$ 26.908.614,66	R\$ 24.232.660,71	90,05%
0012	CULTURA DO PARECIS	R\$ 1.099.118,60	R\$ 1.345.609,40	R\$ 879.884,26	65,38%
0004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	R\$ 318.118,60	R\$ 187.086,68	R\$ 186.486,68	99,67%
0003	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SUSTENTAVEL	R\$ 2.462.800,00	R\$ 2.726.273,69	R\$ 2.259.540,66	82,88%
0005	EDUCACAO PARECIS	R\$ 29.692.374,60	R\$ 35.146.342,44	R\$ 32.503.594,97	92,48%
0008	EXCELENCIA ESPORTIVA	R\$ 1.197.118,60	R\$ 1.847.056,93	R\$ 1.509.091,99	81,70%
0011	GERACAO DE EMPREGO E RENDA	R\$ 51.000,00	R\$ 67.034,13	R\$ 66.401,83	99,05%
0026	GESTAO DA PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	R\$ 17.668.600,00	R\$ 17.668.600,00	R\$ 6.017.151,56	34,05%
0016	GESTAO E MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO	R\$ 5.003.000,00	R\$ 4.442.507,00	R\$ 4.354.618,65	98,02%



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Previsão Atualizada
0024	GESTAO E MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 1.723.400,00	R\$ 1.904.132,20	R\$ 1.865.404,87	97,96%
0018	GESTAO E MANUTENCAO DA CULTURA E TURISMO	R\$ 1.758.000,00	R\$ 1.679.712,09	R\$ 1.655.758,66	98,57%
0022	GESTAO E MANUTENCAO DA EDUCACAO	R\$ 1.401.180,00	R\$ 1.529.319,02	R\$ 1.507.881,06	98,59%
0020	GESTAO E MANUTENCAO DA INFRAESTRUTURA	R\$ 1.380.000,00	R\$ 1.443.803,89	R\$ 1.443.069,13	99,94%
0023	GESTAO E MANUTENCAO DA SAUDE	R\$ 1.300.355,80	R\$ 909.312,98	R\$ 860.382,94	94,61%
0017	GESTAO E MANUTENCAO DAS FINANÇAS	R\$ 5.295.000,00	R\$ 4.872.546,00	R\$ 4.718.024,41	96,82%
0021	GESTAO E MANUTENCAO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	R\$ 1.512.000,00	R\$ 1.176.090,69	R\$ 1.121.150,67	95,32%
0019	GESTAO E MANUTENCAO DO ESPORTE	R\$ 1.739.000,00	R\$ 1.625.183,34	R\$ 1.625.084,27	99,99%
0015	GESTAO E MANUTENCAO DO GOVERNO MUNICIPAL	R\$ 2.905.702,70	R\$ 2.411.733,70	R\$ 2.383.263,68	98,82%
0013	INFRAESTRUTURA E SERVICOS PUBLICOS	R\$ 17.859.000,00	R\$ 24.294.234,48	R\$ 18.927.826,53	77,91%
0025	OPERACOES ESPECIAIS	R\$ 1.695.000,00	R\$ 1.723.300,00	R\$ 1.685.311,46	97,79%
0010	PROTECAO SOCIAL BASICA E ESPECIAL	R\$ 2.405.200,00	R\$ 2.349.801,02	R\$ 2.223.282,76	94,61%
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 125.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0014	SANEAMENTO BASICO	R\$ 6.125.000,00	R\$ 6.304.455,15	R\$ 6.300.178,29	99,93%
0007	VIGILANCIA EM SAUDE	R\$ 1.441.900,00	R\$ 1.770.077,87	R\$ 1.587.609,41	89,69%



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Previsão Atualizada
		R\$ 134.742.320,00	R\$ 150.082.924,82	R\$ 124.686.587,08	
		R\$ 134.742.320,00	R\$ 150.082.924,82	R\$ 124.686.587,08	83,07%

APLIC>Informes Mensais>Despesa>Despesa Orçamentária por Programa.

5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município.

5.1. Responsabilidade Técnica

A contabilidade do município foi consolidada na Prefeitura Municipal, sob a responsabilidade de:

Nome:	Período:	CRC:
EMERSON DE LIMA MIRANDA	01/01/2016 a 31/12/2016	MT01613203

Control-P

5.2. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320/64)

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil em que se comparam as receitas previstas em confronto com as realizadas, assim como as despesas fixadas e as realizadas.

Sua análise permite verificar se há compatibilidade ou não entre planejamento (valores da Lei Orçamentária) e execução, entre autorizações e realizações, em resumo, entre entradas de recursos e suas aplicações.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Orçamentário do exercício de 2016 do Município de CAMPO



NOVO DO PARECIS:

5.2.1. Resultado da arrecadação orçamentária - quociente de execução da receita (QER)

Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1), ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

1) quociente de execução da receita (QER)

A	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA - Exceto intra	R\$ 128.398.320,00
B	RECEITA LÍQUIDA ARRECADADA - Exceto intraorçamentaria	R\$ 146.279.393,27
QER	B/A	1,139

Esse resultado indica que a receita arrecadada é maior do que a prevista – excesso de arrecadação.

5.2.2. Quociente de execução da despesa (QED)

Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

1) Quociente de execução da despesa (QED)

A	DESP ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) - Previsão Atualizada	R\$ 143.974.702,33
B	DESP ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) - Execução	R\$ 119.016.415,90
QED	B/A	0,826

Esse resultado indica que despesa realizada é menor do que a autorizada – economia orçamentária. As despesas foram realizadas com observância ao limite do crédito orçamentário (art. 167, inc. II, CF).



5.2.3. Resultado da Execução Orçamentária - quociente do resultado da execução orçamentária (QREO)

A seguir apresenta-se histórico da execução orçamentária de 2012 a 2016:

	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Arrecadada	R\$ 94.819.476,73	R\$ 90.569.920,19	R\$ 107.889.827,24	R\$ 125.234.206,52	R\$ 130.607.581,86
Despesas Realizadas	R\$ 84.571.432,98	R\$ 83.982.091,57	R\$ 97.783.131,53	R\$ 109.090.915,85	R\$ 113.025.233,23
Resultado Orçamentário (R\$)	R\$ 10.248.043,75	R\$ 6.587.828,62	R\$ 10.106.695,71	R\$ 16.143.290,67	R\$ 17.582.348,63

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Aplic (exercício atual)

A partir de 2015, os valores da Receita e Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa TCE/MT nº 43/2013 (Diretrizes para apuração e valoração do Resultado da Execução Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados), demonstrados no Anexo 2 – Análise dos Balanços Consolidados, Quadro 2.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - Exceto Operações Intraorçamentárias.

O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superávit orçamentário (indicador maior que 1), ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

Da análise dos quocientes do Balanço Orçamentário constatou-se o que segue:

1) Resultado da Execução Orçamentária

A	RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 130.607.581,86
B	DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 113.025.233,23
QREO	A/B	1,155

Esse resultado indica que receita arrecadada é maior do que a despesa realizada – superávit orçamentário de execução.

5.3. BALANÇO FINANCEIRO (Anexo 13 da Lei nº 4.320/64)

O Balanço Financeiro é demonstração obrigatória para a contabilidade pública.

Por meio deste demonstrativo contábil é possível analisar a gestão financeira do Município, pois representa um



grande fluxo de caixa da administração pública. Evidencia o saldo financeiro do exercício anterior, que, acrescido das receitas arrecadadas e subtraído das despesas realizadas, resulta no saldo financeiro para o exercício seguinte.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Financeiro do exercício de 2016 do Município de CAMPO NOVO DO PARECIS:

5.3.1. Restos a pagar

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante do Exercício. Dividem-se em processados (despesas liquidadas e não pagas) e em não processados (despesas apenas empenhadas).

1) Não houve contratação de obrigação de despesas nos 02 últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade de caixa, cumprindo assim com o art. 42, caput e Parágrafo Único da LC nº 101/2000.

5.3.1.1. Quociente de disponibilidade financeira para pagamento de restos a pagar

O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado no Quadro 3.2 do Anexo 3 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.

Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados e Não Processados).

1) Quociente de disponibilidade financeira - Exceto RPPS

A	Disponibilidade Bruta - Exceto RPPS	R\$ 17.008.093,70
B	Obrigações Financeiras - Exceto RPPS	R\$ 15.074,98
D	Restos a Pagar não Processados - Exceto RPPS	R\$ 2.030.720,29
C	Restos a Pagar Processado - Exceto RPPS	R\$ 613.266,13
QDF	$(A-B)/(C+D)$	6,427

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar (Processados e Não Processados), há R\$ 6,427 de disponibilidade financeira.



5.3.1.2. Quociente de inscrição de restos a pagar

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

1) quociente de inscrição de restos a pagar

B	TOTAL DESPESAS - EXECUÇÃO	R\$ 124.686.587,08
A	TOTAL INSCRIÇÃO	R\$ 2.679.852,49
QIRP	A/B	0,021

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,021 foram inscritos em restos a pagar no exercício.

5.3.1.3. Resultado dos Saldos Financeiros (Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros)

Este indicador é obtido por meio da relação entre o Saldo Financeiro para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior e tem por objetivo indicar o resultado financeiro sobre o saldo em espécie. Caso o indicador seja maior que 1, houve saldo financeiro positivo. Se for menor que 1, houve saldo financeiro negativo.

1) Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

B	Saldo Financeiro do ano anterior	R\$ 12.918.929,34
A	Saldo financeiro do ano seguinte	R\$ 17.008.093,70
QRSF	A/B	1,316

Saldo que passa para o exercício seguinte maior do que o saldo do exercício anterior. Esta hipótese demonstrará que o saldo que passa para o próximo exercício, sendo maior do que o saldo do exercício anterior, constitui-se num saldo financeiro positivo, ou seja, os recebimentos do exercício foram maiores do que os pagamentos do exercício.

5.4. BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo 14 da Lei nº 4.320/64)



O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que apresenta de forma qualitativa e quantitativa a posição patrimonial e financeira da empresa em um determinado período de tempo. Este demonstrativo é estático e pode-se dizer que representa uma "fotografia" do patrimônio do Município naquele dado momento.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Patrimonial do exercício de 2016 do Município de CAMPO NOVO DO PARECIS:

5.4.1. Situação financeira - Quociente da Situação Financeira (QSF) - Exceto RPPS

Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

Este último, pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

O Cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 4.5 do Anexo 4 (Dívida) deste Relatório de Contas de Governo.

1) Quociente da Situação Financeira (QSF) - Exceto RPPS

A	TOTAL ATIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 17.008.093,70
B	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 2.936.573,73
QSF	A/B	5,791

Esse resultado indica que houve superávit financeiro.

5.4.2. Dívida Pública

Conforme estabelecido no art. 29, inc. I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inc. III, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de



leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos. (art. 1º, § 1º, inc. V, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal).

1) Não foi realizada contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao final do mandato do chefe do Executivo, cumprindo assim o comando contido no art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001. Existe operação de crédito em andamento referente à Lei nº 1560/2013 (PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE), para a qual foi liberado o valor de R\$ 6.027.063,77 no ano de 2016, não contrariando a Resolução do Senado Federal.

2) Não houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita no último ano de mandato, descumprindo o art. 38, IV, "b", da Lei Complementar nº 101/2000, art. 15, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

5.4.2.1. Quociente do Limite de Endividamento - QLE

O Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 5.1 (Dívida Consolidada Líquida - LRF, art. 55, inciso I, alínea "b"), Exceto RPPS, do Anexo 5 (Dívida Pública).

Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF). Assim, o art. 3º, II, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

1) O montante da dívida consolidada líquida está adequado ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

2) Quociente do Limite de Endividamento - QLE - Exceto RPPS

B	RCL	R\$ 130.351.309,21
A	DCL	R\$ 0,00



QLE	A/B	0,000
-----	-----	-------

Este resultado indica que a soma das obrigações de longo prazo é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

Este resultado indica cumprimento do limite legal (art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001).

5.4.2.2. Quociente da Dívida Pública Contratada (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas "operações de crédito", definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, como "os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros".

O art. 7º, I, da Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

1) A contratação da dívida está adequada ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

2) Quociente da Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC)

B	RCL	R\$ 130.351.309,21
A	TOTAL DA DIVIDA	R\$ 0,00

QDPC	A/B	0,000
------	-----	-------

Esse resultado indica que a soma das obrigações de longo prazo contratadas é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

Atenção: Quando não houver contratação de dívida no exercício, sugere-se a seguinte redação:

De acordo com as informações do Sistema APLIC, não houve contratação de dívida no exercício em análise.

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001).



5.4.2.3. Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

Os Dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, II, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

1) A amortização, juros e demais encargos da dívida consolidada estão adequados ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

2) Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

B	RCL	R\$ 130.351.309,21
A	Total Dispêndios da Dívida Pública	R\$ 613.637,83
QDDP	A/B	0,004

Esse resultado indica que a soma dos dispêndios da dívida pública é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, II, da Resolução do Senado nº 43/2001).

5.5. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Da análise da Receita Consolidada constatou-se o que segue:

Para o exercício, a Receita Total prevista, inclusive Intraorçamentária, foi de R\$ 134.742.320,00, sendo arrecadado o montante de R\$ 153.724.824,50, conforme demonstrado no Quadro 5.1 do Anexo 5.

A série histórica das receitas orçamentárias do Município (Exceto Intraorçamentária), no período de 2012/2016, revela crescimento significativo na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origens das Receitas	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Correntes	R\$ 89.373.441,69	R\$ 87.963.320,27	R\$ 104.784.184,31	R\$ 116.318.586,93	R\$ 137.360.549,34
Receita Tributária	R\$ 11.440.295,83	R\$ 14.951.416,45	R\$ 15.685.438,73	R\$ 17.752.847,99	R\$ 22.410.632,78
Receita de Contribuição	R\$ 3.407.207,61	R\$ 4.184.497,73	R\$ 3.785.937,24	R\$ 3.412.079,37	R\$ 4.455.665,28
Receita Patrimonial	R\$ 14.767.305,71	R\$ 5.436.066,70	R\$ 11.827.950,49	R\$ 15.355.730,00	R\$ 18.804.771,81



Origens das Receitas	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 2.166.974,27	R\$ 2.613.492,62	R\$ 2.834.228,23	R\$ 2.919.459,22	R\$ 3.310.829,47
Transferências Correntes	R\$ 65.096.859,47	R\$ 69.277.687,09	R\$ 81.769.077,11	R\$ 89.087.839,67	R\$ 102.208.124,03
Outras Receitas	R\$ 2.063.377,34	R\$ 2.133.462,05	R\$ 1.393.966,57	R\$ 1.732.682,91	R\$ 1.319.439,53
Dedução	-R\$ 9.568.578,54	-R\$ 10.633.302,37	-R\$ 12.512.414,06	R\$ 13.942.052,23	-R\$ 15.148.913,56
Receitas de Capital	5.446.035,04	R\$ 2.606.599,92	R\$ 3.105.642,93	R\$ 3.568.553,20	R\$ 8.918.843,93
Alienação de Bens	R\$ 1.901.282,68	R\$ 1.269.450,46	R\$ 868.729,75	R\$ 244.299,36	R\$ 134.740,00
Transferências de Capital	R\$ 3.544.752,36	R\$ 1.337.149,46	R\$ 2.142.911,67	R\$ 602.810,22	R\$ 2.757.040,16
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 94.001,51	R\$ 2.721.443,62	R\$ 6.027.063,77
Amortização de Empréstimos + Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das receitas	R\$ 94.819.476,73	R\$ 90.569.920,19	R\$ 107.889.827,24	R\$ 119.887.140,13	R\$ 146.279.393,27
Receita Tributária Própria	R\$ 11.440.295,83	R\$ 14.951.416,45	R\$ 17.569.025,85	R\$ 19.770.202,80	R\$ 22.641.130,79
% de Receita Tributária Própria	12,06%	16,50%	16,28%	16,49%	15,47%
% Média de RTP	15,36%				

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Sistema Aplic (exercício atual)

A receita própria em relação ao total de receitas arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de 15,47%, conforme demonstrado no quadro anterior.

Segue abaixo quadro da Receita Tributária Própria.

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
Impostos	R\$ 13.490.900,00	R\$ 17.584.973,35	77,66%
IPTU	R\$ 1.931.000,00	R\$ 1.937.447,18	8,55%
IRRF	R\$ 3.222.400,00	R\$ 4.422.784,44	19,53%
ISSQN	R\$ 7.273.300,00	R\$ 8.589.463,05	37,93%
ITBI	R\$ 1.064.200,00	R\$ 2.635.278,68	11,63%
Taxas	R\$ 1.773.100,00	R\$ 2.278.435,10	10,06%
Contribuição de Melhoria	R\$ 201.000,00	R\$ 1.073.710,51	4,74%
CIP (Contribuição de Iluminação Pública)	R\$ 1.052.100,00	R\$ 958.183,16	4,23%



Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
Multa / Juros de Mora / Correção Monetária sobre Tributos	R\$ 50.200,00	R\$ 104.915,06	0,46%
Dívida Ativa Tributária	R\$ 558.200,00	R\$ 391.106,71	1,72%
Multa / Juros de Mora / Correção Monetária sobre a Dívida Ativa Tributária	R\$ 167.700,00	R\$ 249.806,90	1,10%
TOTAL	R\$ 17.293.200,00	R\$ 22.641.130,79	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria.

5.6. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

5.6.1. Despesa Total

Para o exercício de 2016, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de R\$ 150.082.924,82, sendo realizado (empenhado) o montante de R\$ 124.686.587,08.

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2012/2016, revela aumento/diminuição, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Grupo de despesas	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas correntes	R\$ 0,00	R\$ 72.536.328,47	R\$ 78.937.265,58	R\$ 95.817.748,30	R\$ 103.454.734,24
Pessoal e encargos sociais	R\$ 34.215.264,71	R\$ 40.145.526,38	R\$ 43.876.568,20	R\$ 50.445.855,44	R\$ 60.299.449,07
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 97.748,35	R\$ 110.157,40	R\$ 37.542,08	R\$ 140.990,00	R\$ 93.565,77
Outras despesas correntes	R\$ 30.045.100,55	R\$ 32.280.644,69	R\$ 35.023.155,30	R\$ 45.230.902,86	R\$ 43.061.719,40
Despesas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 4.730.161,63	R\$ 11.047.400,71	R\$ 8.669.285,67	R\$ 15.561.681,66
Investimentos	R\$ 13.415.383,38	R\$ 3.848.095,73	R\$ 9.342.090,67	R\$ 7.285.103,91	R\$ 13.811.609,60
Amortização da Dívida + Inversões Financeiras	R\$ 1.286.991,07	R\$ 882.065,90	R\$ 205.310,04	R\$ 1.384.181,76	R\$ 1.750.072,06
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.603.881,88	R\$ 5.670.171,18
Total das Despesas	R\$ 79.368.546,70	R\$ 77.266.490,10	R\$ 89.984.666,29	R\$ 109.090.915,85	R\$ 124.686.587,08
Variação - %		-2,72%	16,46%	21,23%	14,29%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e sistema Aplic (exercício atual)



5.6.2. Educação

5.6.2.1. Limites Constitucionais e Legais

5.6.2.1.1. Ensino

A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2012/2016, indica que a administração municipal de CAMPO NOVO DO PARECIS vem cumprindo a exigência constitucional, conforme se pode observar:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicado - %	33,90%	32,27%	29,50%	32,59%	32,87%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)

Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever constitucional por parte do Município, constatou-se que:

1) ENSINO 25%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

5.6.2.1.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB



O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006.

É um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

O art. 60, em seu inciso XII combinado com o inciso I, dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e o art. 22 da Lei 11.494/2007 dispõem que o Município destinará, no mínimo, 60% da receita do referido Fundo para o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

Apresenta-se abaixo série histórica de remuneração dos profissionais do magistério, período 2012/2016, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:

HISTÓRICO - REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO - Limite Mínimo Fixado 60%					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicado - %	115,15%	116,83%	91,92%	102,40%	99,30%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB).

Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento / descumprimento desse dever por parte do Município no atual exercício, constata-se que:

1) FUNDEB 60%

O percentual destinado para remuneração e valorização dos profissionais do magistério - ensinos infantil e fundamental de 99,30% assegura o cumprimento do percentual mínimo de 60% estabelecido pela legislação.

5.6.2.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da educação

No período 2012/2016, a avaliação das políticas públicas do Município de apresentou os seguintes resultados:

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016
-------------	------	------	------	------	------



Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016
Educação - Escore Município	7,0	7,0	8,0	9,5	7,0

Parecer Prévio (exercícios anteriores)

5.6.2.2.1. Indicadores da educação - rede municipal

Apresentam-se, nesse item, os resultados de políticas públicas de educação do Município, obtidos por meio da avaliação do desempenho em dez indicadores de resultados, selecionados de modo a permitir uma análise de diferentes dimensões da política.

Informa-se que os indicadores são calculados a partir de dados extraídos de fontes oficiais, a saber: INEP e IBGE.

Por meio da Resolução Normativa TCE/MT nº 10/2015 foi aprovada a atualização dos resultados de políticas públicas na área da Educação.

A partir da Tabela 1 (Resultados de políticas públicas. Educação. Rede municipal. Comparação Média Brasil) é possível comparar o desempenho do município em relação à média brasileira.

INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2015			VARIÇÃO 2016/2015 (%)
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	SCORE_	OBS.	INDICADOR_	SCORE	OBS	
Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2015)	54,95	71,18	1	I	67,02	1	I	6,20%
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	7,10	7,30	0	I	5,80	1	I	25,86%
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2015)	12,90	13,70	0	I	13,50	0,5	I	1,48%
Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	1,30	0,30	1	I	0,40	1	I	-25,00%
Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2015)	4,30	1,10	1	I	0,70	1	I	57,14%
Distorção Idade-Série - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	16,00	12,80	1	I	14,80	1	I	-13,51%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	53,80	0,00	1	I	0,00	1	I	0,00%



INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2015			VARIÇÃO 2016/2015 (%)
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	ESCORE	OBS.	INDICADOR	ESCORE	OBS.	
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	50,50	0,00	1	I	0,00	1	I	0,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	54,74	50,00	0,5	I	33,33	1	I	50,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 8º Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	51,47	50,00	0,5	I	0,00	1	I	0,00%

Portal do TCE. Legenda: 'I' informado; 'N/I' Não informado; 'N/A' Não se aplica.

No quadro acima é possível comparar o desempenho do município em relação à média brasileira e também demonstrar a evolução dos indicadores de um ano para o outro.

Legenda:

Escore 1 – quando o desempenho for melhor do que a média nacional;

Escore 0,5 – quando o desempenho for próximo à média nacional, de acordo com o método estatístico de parametrização;

Escore 0 – quando o desempenho no indicador de resultado for pior do que a média nacional;

Escore 0 - para as situações em que há ausência de informações válidas para o município, caso em que o indicador será considerado no cômputo final do índice (Obs. = 0);

Sem valor - para as situações em que há ausência de informações não-válidas para o município, caso em que o indicador será excluído do cômputo final do índice (Obs. = N/A ou -1,00).

Com base nos escores obtidos pelo município de Campo Novo do Parecis, na avaliação das políticas públicas de educação e visando à melhoria dos resultados dos indicadores avaliados por meio do aperfeiçoamento das políticas públicas de educação, recomenda-se ao Plenário deste Tribunal de Contas que determine ao gestor municipal que apresente justificativas para a queda dos resultados dos indicadores abaixo em relação ao próprio desempenho anterior:

- Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF – 2014;
- Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil – 2013;
- Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 8º Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil - 2013.

Apresente também justificativas para a queda dos resultados dos indicadores em relação ao próprio desempenho



anterior e desempenho inferior também a média Brasil:

- Taxa de Reprovação - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF – 2014;
- Taxa de Reprovação - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF – 2014.

5.6.3. Saúde

5.6.3.1. Limites Constitucionais e Legais

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Em 13 de janeiro de 2012, foi publicada a Lei Complementar nº 141 atendendo ao comando do referido dispositivo constitucional.

Em seu art. 7º, a LC nº 141/2012 repetiu o disposto no inciso III do art. 77 do ADCT, ou seja, os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

No período 2012/2016, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, atenderam à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicado - %	21,11%	21,95%	23,39%	26,65%	24,18%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde).

Assim, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:

1) SAÚDE 15%

O percentual aplicado assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.



5.6.3.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da saúde

No período 2012/2016, a avaliação das políticas públicas do Município de CAMPO NOVO DO PARECIS apresentou os seguintes resultados:

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016
Saúde - Escore Município	6,0	7,0	5,0	5,0	4,5

Parecer Prévio (exercícios anteriores)

5.6.3.2.1. Indicadores da saúde

A seguir, apresentam-se os resultados de políticas públicas de saúde do Município, obtidos por meio da avaliação do desempenho em dez indicadores de resultados, selecionados de modo a permitir uma análise de diferentes dimensões da política.

Informa-se que os indicadores são calculados a partir de dados extraídos de fontes oficiais, a saber: Datasus, Secretaria Estadual de Saúde e IBGE.

Por meio da Resolução Normativa TCE/MT nº 10/2015 foi aprovada a atualização dos resultados de políticas públicas na área da Saúde.

A partir da Tabela 2 (Resultados de políticas públicas. Saúde. Comparação Média Brasil) é possível verificar o desempenho do município em relação à média brasileira.

INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2015			VARIÇÃO 2016/2015 %
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	SCORE	OBS	INDICADOR	SCORE	OBS.	
Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce (2014)	6,81	6,51	0,5	I	9,85	0	I	-33,90%
Taxa de Mortalidade Infantil (2014)	12,90	13,03	0	I	21,35	0	I	-38,97%
Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal (2014)	64,62	77,69	1	I	69,95	1	I	11,06%
Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2015)	19,79	37,78	0	I	37,78	0	I	0,00%



INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2015			VARIÇÃO 2016/2015 %
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	ESCORE	OBS	INDICADOR	ESCORE	OBS.	
Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular (2014)	48,96	16,04	1	I	32,97	1	I	-51,35%
Taxa de Detecção de Hanseníase (2015)	1,41	8,75	0	I	4,81	0	I	81,91%
Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária (2015)	0,42	0,64	1	I	0,77	1	I	-16,88%
Taxa de Incidência de Dengue (2015)	806,43	2.619,98	0	I	35,29	1	I	7.324,14%
Incidência de Tuberculose todas as formas (2015)	32,20	34,39	0	I	69,95	0	I	-50,83%
Cobertura - Imunizações : Pentavalente (2015)	96,30	114,29	1	I	110,02	1	I	3,88%

Portal do TCE

No quadro acima é possível comparar o desempenho do município em relação à média brasileira e também demonstrar a evolução dos indicadores de um ano para o outro.

Legenda:

Escore 1 – quando o desempenho for melhor do que a média nacional;

Escore 0,5 – quando o desempenho for próximo à média nacional, de acordo com o método estatístico de parametrização;

Escore 0 – quando o desempenho no indicador de resultado for pior do que a média nacional;

Escore 0 - para as situações em que há ausência de informações válidas para o município, caso em que o indicador será considerado no cômputo final do índice (Obs. = 0);

Sem valor - para as situações em que há ausência de informações não-válidas para o município, caso em que o indicador será excluído do cômputo final do índice (Obs. = N/A ou -1,00).

Com base nos escores obtidos pelo município de Campo Novo do Parecis, na avaliação das políticas públicas de saúde e visando à melhoria dos resultados dos indicadores avaliados por meio do aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde, recomenda-se ao Plenário deste Tribunal de Contas que determine ao gestor municipal que apresente justificativas para a queda dos resultados dos indicadores abaixo em relação ao próprio desempenho anterior:

- Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária – 2014



Apresente também justificativas para a queda dos resultados dos indicadores em relação ao próprio desempenho anterior e desempenho inferior também a média Brasil:

- Taxa de Detecção de Hanseníase – 2014;
- Taxa de Incidência de Dengue – 2014.

E ainda justifique o resultado do indicador com desempenho inferior a média Brasil:

- Taxa de Mortalidade Infantil – 2013;
- Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos – 2014;
- Incidência de Tuberculose todas as formas (2014).

5.6.4. Pessoal

5.6.4.1. Regime Previdenciário

Os servidores efetivos do município estão vinculados ao regime próprio (ou geral) de previdência social e os demais, ao regime geral (INSS).

5.6.4.2. Limites Legais

A Lei Complementar nº 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foi aprovada para estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com a intenção de se promover, entre outros, o equilíbrio das contas públicas.

A própria LRF define o que seria a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo os seguintes postulados:



- ação planejada e transparente;
- prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas;
- garantia de equilíbrio nas contas, via cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, com limites e condições para a renúncia de receita e a geração de despesas com pessoal, seguridade, dívida, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

As despesas com pessoal, em um passado recente, eram realizadas de maneira irresponsável por muitos gestores públicos, sendo uma das causas predominantes no constante desequilíbrio das contas públicas.

Por essa razão a LRF estabeleceu, entre outros, alguns limites relativos às despesas com pessoal e que devem ser observados pelos gestores públicos, inclusive os municipais.

Nesse sentido, o art. 20, III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2012/2016, mantiveram-se / não mantiveram-se abaixo do valor máximo permitido, conforme se observa a seguir:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Limite máximo Fixado - Poder Executivo	54%				
Aplicado - %	42,80%	47,06%	50,90%	42,95%	43,71%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo	6%				
Aplicado - %	2,50%	2,58%	2,67%	2,50%	2,26%
Limite máximo Fixado - Município	60%				
Aplicado - %	45,30%	49,11%	53,57%	45,46%	45,98%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual.

Da análise das informações é possível verificar o que segue:

1) PESSOAL_01: Limite Legal - Poder Executivo

Nos gastos com pessoal do Poder Executivo foi assegurado o cumprimento do limite de 54%.

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 56.980.941,67, correspondente a 43,71% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, "b" da LRF.

2) PESSOAL_02: Limite Legal - Poder Legislativo



O percentual aplicado assegura o cumprimento do limite constitucional.

Os gastos com pessoal do Poder Legislativo totalizaram o montante de R\$ 2.957.117,94, correspondente a 2,26% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 6% estabelecido no art. 20, inc. III, "a" da LRF.

3) PESSOAL_03: Limite Legal do Município

O percentual aplicado assegura o cumprimento do limite máximo.

Os gastos com pessoal do Município totalizaram o montante de R\$ 59.938.059,61, correspondente a 45,98% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 60% estabelecido no art. 19, inc. III, da LRF.

4) Não houve aumento de gastos com pessoal no período de cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato, cumprindo com o comando do artigo 21, Parágrafo Único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

5.7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A responsável pela Unidade de Controle Interno do Poder Executivo, cujos dados pessoais são os seguintes:

NOME	DATA INÍCIO	DATA FIM
BRUNA NAYARA FARIA DE MENEZES	01/01/2016	31/12/2016

APLIC - Cadastro de Responsáveis.

De acordo com a nº 1.213/2007 que instituiu o Sistema de Controle Interno – SCI do Município a Unidade de Controle Interno – UCI da Câmara Municipal subordina-se à unidade de controle interno do Executivo Municipal.

Parecer do Controle Interno integrante das Contas Anuais de Governo de 2016 foi favorável a aprovação, com a recomendação para que o gestor e os demais responsáveis efetuem melhorias nas Políticas Públicas, bem como nos índices que não atingiram os resultados esperados.

5.8. TRANSPARÊNCIA

5.8.1. Audiências públicas



A audiência pública é uma das formas de participação e de controle popular da Administração Pública no Estado Social e Democrático de Direito.

Ela propicia à sociedade a troca de informações com o administrador público, bem como o exercício da cidadania e o respeito ao princípio da transparência na gestão da coisa pública.

Nesse sentido, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece algumas situações nas quais, para se garantir legitimidade do processo, deve-se realizar audiências públicas oportunizando à sociedade a participação na condução de temas de seu interesse.

Assim, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:

1) Foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão do PPA, LDO e LOA, conforme o art. 48, parágrafo único da LRF.

2) O cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre foi avaliado em audiência pública na Câmara Municipal, conforme o art. 9º, § 4º, da LRF.

5.8.2. Publicação de demonstrativos fiscais e atos oficiais

1) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, conforme o art. 49 da LRF.

2) Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal foram elaborados e publicados, conforme o art. 48 da LRF.

3) Os atos oficiais da administração foram publicados na imprensa oficial e em outros veículos de comunicação, quando exigido pela legislação e nos prazos legais (art. 37, caput, CF; art. 6º, inc. XIII, L. 8.666/93).

5.8.3. Conselhos

A Constituição Federal de 1988 fortaleceu, em muitos aspectos, a participação da sociedade na gestão das políticas públicas, um desses aspectos foi a criação de vários conselhos cogestores dessas políticas (conselhos de educação, conselhos de saúde, conselhos do Fundeb), desde o âmbito municipal até o federal.

Representantes da comunidade ao atuarem nos conselhos, têm a possibilidade de contribuir para a definição de um plano de gestão das políticas setoriais, o que contribui com a transparência nas alocações dos recursos e favorece a responsabilização de políticos e técnicos da administração pública.



Uma outra significativa atribuição dos conselhos refere-se à atividade de fiscalizar, em sua área de vinculação, exemplo, saúde, educação e assistência social, a gestão e aplicação dos recursos públicos.

Assim, faz-se importantíssimo que sejam disponibilizados aos conselheiros todos os documentos e informações necessários ao exercício de suas atribuições.

No Município de CAMPO NOVO DO PARECIS, verificou-se que:

1) Não foram assegurados recursos orçamentários aos conselhos municipais (educação, saúde e assistência social). NB06.

Dispositivo Normativo:

Art.198, inciso III e Art. 204, ambos da CF.

1.1) *Inexistência de recursos orçamentários destacados para os conselhos municipais de educação, saúde e assistência social, de maneira a proporcionar formação continuada e infraestrutura aos conselheiros municipais. - NB06*

Em consulta a LOA Municipal, observou-se que inicialmente foram destacados pequenos recursos para o conselho de saúde, os quais foram retirados posteriormente via alteração da LOA.

5.8.4. Conselhos Tutelares

Os Conselhos tutelares possuem função diversa dos conselhos de fiscalização de políticas públicas, visando atender crianças e adolescentes que por quaisquer motivos tenham seus direitos ameaçados, trabalhando com medidas, genéricas e/ou específicas, de proteção. Aconselham e atendem pais e responsáveis, sendo também, em alguns casos, necessária sua atuação como agente coibidor de maus tratos, que levará ao conhecimento do Ministério Público e até à Justiça casos de infração à ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como legislações pertinentes à higidez infanto-juvenil.

A Lei 8.069/1990 determina que cada Município deverá ter, no mínimo, um Conselho Tutelar (art. 132), sendo também obrigatória a consignação no orçamento municipal de recursos necessários ao seu funcionamento, bem como a remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares (Parágrafo único do art. 134). Nesse contexto, torna-se fundamental o empenho da administração municipal na boa execução da missão institucional dessas instituições.

No Município de CAMPO NOVO DO PARECIS, verificou-se que:

1) O município possui, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar integrante da administração pública local.

2) Consta na lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento, remuneração do Conselho tutelar, bem como para a formação continuada de seus conselheiros tutelares.



3) O Conselho Tutelar é integrado por 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local.

5.8.5. Prestação de Contas Anuais de Governo

O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar nº 269/2007.

As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte do prazo estabelecido no do art. 209, da Constituição caput do Estado de Mato Grosso (sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa nº 10/2008-TCE/MT-TP).

A Resolução Normativa nº 36/2012-TCE/MT-TP determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC, obedecidos aos critérios estabelecidos no Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, aprovado pela Resolução Normativa nº 03/2015-TCE/MT-TP.

1) O Chefe do Poder Executivo encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e de acordo com a Resolução Normativa nº 36/2012 - TCE/MT-TP.

5.8.6. Comissão de Transição

A transição de mandato é o processo em que o gestor atual deve propiciar condições efetivas ao novo gestor para implementar a nova administração.

Para isso, para que o gestor e sua equipe, a partir do resultado da eleição, demonstrem efetivamente ao novo gestor as informações imprescindíveis para que ele prepare a execução do seu projeto de governo, há que tratar a transição de mandato como um importante instrumento gerencial.

No TCE-MT, a matéria é abordada por meio da Resolução Normativa 07/2008, em que se definem procedimentos a serem adotados pelos atuais e futuros gestores e presidentes de Câmaras Municipais por ocasião da transmissão de cargo.

Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:

1) Foram observadas às disposições constantes da Resolução Normativa nº 19/2016 relativas à transição de



mandato.

6. POSTURA ANTE OS ALERTAS E RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações – decorrentes de decisões anteriores e/ou disposições legais – e/ou alertas alusivos ao descumprimento de preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram observados pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir é descrita a postura do gestor diante de tais fatos:

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2015	9253/2015	71/2016	22/11/2016		
				1) envie esforços no sentido de melhorar as posições com relação ao Índice de Gestão Fiscal Municipal - IGFM;	O município melhorou sua posição no ranking geral, passando de 25º para 14º, melhorando em 06 dos 07 itens avaliados.
				2) promova o aperfeiçoamento do planejamento e da execução dos programas de governo, realizando um planejamento criterioso que tenha por base a realidade e as necessidades da população do município, visando uma mudança positiva na situação avaliada por este Tribunal;	Item não avaliado, devido ao Parecer Prévio referente às contas de 2015, ter sido divulgado somente em 19/12/2016.



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				3) proceda ao aperfeiçoamento do planejamento e da execução das políticas públicas na área da educação e saúde, identificando os fatores que causaram a piora ou ausência de melhora dos resultados das avaliações das políticas públicas, visando uma mudança positiva na situação avaliada por este Tribunal, por ocasião da apreciação destas contas, cujos resultados deverão ser comprovados quando da apreciação das contas de governo relativas ao exercício de 2016, especialmente em relação aos seguintes indicadores na saúde: a) Taxa de mortalidade neonatal precoce (2013); b) Taxa de mortalidade infantil (2013); c) Taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2014); d) Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal (2013); e) Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório – doença cérebro-vascular (2014); e, f) Cobertura-imunizações: Pentavalente (2014); e,	Item não avaliado, devido ao Parecer Prévio referente às contas de 2015, ter sido divulgado somente em 19/12/2016.
				4) faça constar explicitamente nas Peças de Planejamento (PPA, LDO e LOA) programas e ações para melhorar os referidos índices;	Item não avaliado, devido ao Parecer Prévio referente às contas de 2015, ter sido divulgado somente em 19/12/2016.
2014	32735/2014	13/2015	30/06/2015		
				1) planejamento e a execução das políticas públicas na área de saúde, encaminhando os respectivos planos a este Tribunal de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, para posterior monitoramento, com relação aos seguintes indicadores: Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce (2012); Taxa de mortalidade infantil (2012); Taxa de internação por infecção respiratória aguda (IRA) em menores de 5 anos (2013); Taxa de detecção de hanseníase (2013); Taxa de incidência de dengue (2013);	O escore do município caiu de 5,0 em 2015 para 4,5 no ano de 2016. Praticamente não houve melhora nos índices do ano de 2014 para o ano de 2016.



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				2) Desenvolva políticas de educação voltadas para a melhoria desses índices, Taxa de reprovação – Rede Municipal – até a 4ª série/5º ano EF (2013); Taxa de reprovação - rede municipal – 5ª a 8ª série/6º ao 9º ano EF (2013);	Os indicadores permanecem abaixo da média Brasil no ano de 2016.
				3) Faça constar explicitamente nas Peças de Planejamento (PPA, LDO e LOA) programas e ações para melhorar os referidos índices.	Não foram verificados os referidos programas explicitados nas peças de planejamento.

Control-p

7. LIMITES DE GASTOS DA CÂMARA MUNICIPAL

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2012/2016, manteve-se abaixo do limite máximo permitido, conforme se observa a seguir:

REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	6,41%	6,02%	6,54%	6,29%	6,10%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual).

1) Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, inc. III, CF).

2) Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, inc. II, CF).

8. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não foram constatadas irregularidades reincidentes nos atos de governo.



9. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

No entendimento desta equipe, o Senhor MAURO VALTER BERFT, Prefeito do Município de CAMPO NOVO DO PARECIS - exercício 2016, deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as seguintes irregularidades, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo:

É o relatório decorrente da auditoria das contas anuais de governo do Município de CAMPO NOVO DO PARECIS, exercício 2016, prestadas pelo Chefe do Poder Executivo.

MAURO VALTER BERFT - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

1) NB06 DIVERSOS_GRAVE_06. Obstrução à atuação dos conselhos exigidos em lei.

1.1) *Inexistência de recursos orçamentários destacados para os conselhos municipais de educação, saúde e assistência social, de maneira a proporcionar formação continuada e infraestrutura aos conselheiros municipais.* - Tópico - 5.8.3. Conselhos

Em Cuiabá-MT, 3 de Julho de 2017.

CLAUDIA ONEIDA ROUILLER
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO

NELSON COSTIN
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO
COORDENADOR DA EQUIPE TÉCNICA

MICHELINE FATIMA DE SOUZA FALCAO
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

ANEXOS

**RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO
MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS - EXERCÍCIO 2016**

Anexo 1 - ORÇAMENTO

Quadro 1.1 - Créditos Adicionais do Período - Anexo

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
ASSESSORIA JURIDICA	R\$ 708.000,00	R\$ 11.850,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 175.689,00	R\$ 544.161,00	-23,14%
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 5.246.500,00	R\$ 211.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 586.000,00	R\$ 4.871.500,00	-7,14%
COMUNICACAO SOCIAL	R\$ 300.000,00	R\$ 45.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 240.192,14	R\$ 105.107,86	-64,96%
CONTROLE INTERNO	R\$ 333.000,00	R\$ 5.008,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 34.315,00	R\$ 303.693,00	-8,80%
DEPARTAMENTO DE CULTURA	R\$ 1.077.118,60	R\$ 472.888,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 262.397,36	R\$ 1.287.609,40	19,54%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	R\$ 4.983.900,00	R\$ 853.669,43	R\$ 354.901,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 684.827,42	R\$ 5.507.643,48	10,50%
DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	R\$ 12.505.574,60	R\$ 3.505.506,20	R\$ 170.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.414.879,79	R\$ 12.766.201,01	2,08%
DEPARTAMENTO DE EMPREENDEDORISMO, AGRICULTURA FAMILIAR E COMUNIDADE INDIGENA	R\$ 562.200,00	R\$ 738.700,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 693.051,39	R\$ 607.848,62	8,12%
DEPARTAMENTO DE FISCALIZACAO	R\$ 3.415.000,00	R\$ 36.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 405.400,00	R\$ 3.045.800,00	-10,81%
DEPARTAMENTO DE FOMENTO AO TRABALHO E A RENDA	R\$ 51.000,00	R\$ 44.034,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 28.000,00	R\$ 67.034,13	31,43%
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	R\$ 65.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 66.490,00	R\$ 3.510,00	-94,60%
DEPARTAMENTO DE TRANSITO URBANO	R\$ 664.000,00	R\$ 198.093,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 129.728,35	R\$ 732.364,65	10,29%
DEPARTAMENTO DE TURISMO	R\$ 298.118,60	R\$ 97.071,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 222.103,15	R\$ 173.086,68	-41,94%
DEPARTAMENTO DO SISTEMA VIARIO	R\$ 11.415.100,00	R\$ 6.296.054,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.203.272,64	R\$ 16.507.882,23	44,61%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
DEPTO DE AGUA, ESGOTO E SERVICOS URBANOS	R\$ 6.075.000,00	R\$ 1.336.976,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.140.297,43	R\$ 6.271.678,65	3,23%
DESPORTO COMUNITARIO	R\$ 1.030.118,60	R\$ 1.036.203,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 376.253,72	R\$ 1.690.068,70	64,06%
DIVISAO DE MEIO AMBIENTE	R\$ 702.800,00	R\$ 347.855,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 403.362,91	R\$ 647.292,58	-7,89%
FUNDEB	R\$ 14.303.800,00	R\$ 5.594.061,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 743.261,28	R\$ 19.154.600,43	33,91%
FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A POLITICA DO IDOSO FUMAPI	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL FMAS	R\$ 1.758.600,00	R\$ 459.864,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 560.708,43	R\$ 1.657.755,70	-5,73%
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	R\$ 26.000,00	R\$ 1.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.068,00	R\$ 7.132,00	-72,56%
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	R\$ 20.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.000,00	R\$ 14.000,00	-30,00%
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	R\$ 1.590.000,00	R\$ 756.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 434.818,89	R\$ 1.911.981,11	20,25%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO	R\$ 20.400,00	R\$ 225.748,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.400,00	R\$ 225.748,84	1.006,61%
FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO A CULTURA	R\$ 22.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.000,00	R\$ 58.000,00	163,63%
FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO ESPORTES	R\$ 167.000,00	R\$ 45.161,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 55.172,80	R\$ 156.988,23	-5,99%
FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL	R\$ 78.100,00	R\$ 18.659,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.000,00	R\$ 85.759,86	9,80%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 23.027.251,10	R\$ 9.234.935,80	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.754.969,03	R\$ 27.547.217,87	19,62%
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	R\$ 508.500,00	R\$ 170.403,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 140.647,78	R\$ 538.255,46	5,85%
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA	R\$ 12.000,00	R\$ 13.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.170,00	R\$ 6.630,00	-44,75%
FUNDO MUNICIPAL PRO PAVIMENTACAO ASFALTICA	R\$ 500.000,00	R\$ 653.032,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.556,63	R\$ 1.150.476,02	130,09%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
FUNSEM - FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNIC	R\$ 17.597.800,00	R\$ 205.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 205.000,00	R\$ 17.597.800,00	0,00%
GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	R\$ 1.597.000,00	R\$ 171.393,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 510.303,00	R\$ 1.258.090,69	-21,22%
GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	R\$ 1.247.180,00	R\$ 264.108,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 135.969,79	R\$ 1.375.319,02	10,27%
GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	R\$ 1.704.000,00	R\$ 74.222,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 183.865,59	R\$ 1.594.357,24	-6,43%
GABINETE DA SECRETARIA DE FINANÇAS	R\$ 3.250.000,00	R\$ 568.390,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 593.344,30	R\$ 3.225.046,00	-0,76%
GABINETE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	R\$ 1.301.000,00	R\$ 83.340,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.596,90	R\$ 1.377.743,10	5,89%
GABINETE DA SECRETARIA DE SAUDE	R\$ 1.214.355,80	R\$ 40.217,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 407.143,82	R\$ 847.429,64	-30,21%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	R\$ 4.718.000,00	R\$ 791.652,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.275.655,12	R\$ 4.233.997,00	-10,25%
GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	R\$ 1.683.000,00	R\$ 138.347,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 216.635,03	R\$ 1.604.712,09	-4,65%
GABINETE DO VICE PREFEITO	R\$ 235.000,00	R\$ 53.841,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.031,27	R\$ 264.809,73	12,68%
GOVERNO MUNICIPAL	R\$ 1.220.702,70	R\$ 169.746,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 266.311,00	R\$ 1.124.138,11	-7,91%
RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 125.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 125.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 1.668.400,00	R\$ 475.945,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 320.113,09	R\$ 1.824.232,20	9,34%
	R\$ 129.039.520,00	R\$ 35.505.282,91	R\$ 564.901,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.135.002,05	R\$ 143.974.702,33	
Intraorçamentários								
ASSESSORIA JURIDICA	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	R\$ 45.000,00	-35,71%
CONTROLE INTERNO	R\$ 28.000,00	R\$ 1.192,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.192,00	4,25%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	R\$ 270.000,00	R\$ 84.306,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,80	R\$ 354.305,20	31,22%
DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	R\$ 780.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 417.900,00	R\$ 362.100,00	-53,57%
DEPARTAMENTO DE FISCALIZACAO	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00	0,00%
DEPARTAMENTO DE TRANSITO URBANO	R\$ 35.000,00	R\$ 9.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.937,10	R\$ 41.562,90	18,75%
DEPTO DE AGUA, ESGOTO E SERVICOS URBANOS	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.223,50	R\$ 32.776,50	-34,44%
FUNDEB	R\$ 2.103.000,00	R\$ 761.441,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	R\$ 2.863.441,00	36,16%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL FMAS	R\$ 36.000,00	R\$ 26.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	R\$ 61.400,00	70,55%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 1.146.000,00	R\$ 67.407,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60.049,00	R\$ 1.153.358,00	0,64%
FUNSEM - FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNIC	R\$ 70.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 70.800,00	0,00%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	R\$ 85.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 85.000,00	0,00%
GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	R\$ 154.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 154.000,00	0,00%
GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	R\$ 35.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.173,90	R\$ 30.826,10	-11,92%
GABINETE DA SECRETARIA DE FINANÇAS	R\$ 75.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.000,00	0,00%
GABINETE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.939,21	R\$ 66.060,79	-5,62%
GABINETE DA SECRETARIA DE SAUDE	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.000,00	0,00%
GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	R\$ 220.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	R\$ 205.000,00	-6,81%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	R\$ 75.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.000,00	0,00%
GOVERNO MUNICIPAL	R\$ 25.000,00	R\$ 8.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.500,00	34,00%
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 55.000,00	R\$ 24.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 79.900,00	45,27%
	R\$ 5.702.800,00	R\$ 983.646,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 578.223,51	R\$ 6.108.222,49	
TOTAL	R\$ 134.742.320,00	R\$ 36.488.928,91	R\$ 564.901,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.713.225,56	R\$ 150.082.924,82	11,38%

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais por Unidade Orçamentária.



Quadro 1.2 - Despesas por Categoria Econômica

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EXECUTADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
I - DESPESAS CORRENTES	R\$ 110.579.277,25	R\$ 103.454.734,24	93,55%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 63.941.282,27	R\$ 60.299.449,07	94,30%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 102.409,70	R\$ 93.565,77	91,36%
Outras Despesas Correntes	R\$ 46.535.585,28	R\$ 43.061.719,40	92,53%
II - DESPESA DE CAPITAL	R\$ 25.678.425,08	R\$ 15.561.681,66	60,60%
Investimentos	R\$ 23.462.234,78	R\$ 13.811.609,60	58,86%
Inversões Financeiras	R\$ 1.695.300,00	R\$ 1.230.000,00	72,55%
Amortização da Dívida	R\$ 520.890,30	R\$ 520.072,06	99,84%
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 7.717.000,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)	R\$ 143.974.702,33	R\$ 119.016.415,90	82,66%
V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 6.108.222,49	R\$ 5.670.171,18	92,82%
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 6.108.222,49	R\$ 5.670.171,18	92,82%
VII - Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
VIII - Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IX - TOTAL DESPESA	R\$ 150.082.924,82	R\$ 124.686.587,08	83,07%

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.

Quadro 1.3 - Alterações Orçamentárias Leis Autorizativas

TIPO UG	LEI	DECRETO				TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO
			SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		
Alterações Orçamentárias por Créditos Adicionais e Transposições							
CAMARA MUNICIPAL	01818/2015	00066/2016	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 150.000,00
CAMARA MUNICIPAL	01818/2015	00147/2016	R\$ 61.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 61.000,00
CAMARA MUNICIPAL	01849/2016	00114/2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 400.000,00
FUNDO MUNICIPAL	01818/2015	00048/2016	R\$ 180.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 180.000,00
FUNDO MUNICIPAL	01818/2015	00132/2016	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 25.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01800/2015	00001/2016	R\$ 0,00	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00002/2016	R\$ 2.277.720,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.277.720,00



TIPO UG	LEI	DECRETO				TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO
			SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00009/2016	R\$ 851.987,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00011/2016	R\$ 1.223.561,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.223.561,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00012/2016	R\$ 467.130,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 467.130,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00013/2016	R\$ 1.708.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00026/2016	R\$ 820.108,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 820.108,85
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00027/2016	R\$ 52.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 52.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00032/2016	R\$ 217.654,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00034/2016	R\$ 1.230.718,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.230.718,50
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00035/2016	R\$ 202.078,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 202.078,48
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00039/2016	R\$ 1.294.440,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00041/2016	R\$ 1.155.796,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.155.796,35
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00042/2016	R\$ 268.250,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 268.250,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00043/2016	R\$ 632.617,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00047/2016	R\$ 1.628.282,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.628.282,21
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00048/2016	R\$ 63.959,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 63.959,92
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00050/2016	R\$ 305.433,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00072/2016	R\$ 685.945,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 685.945,87
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00073/2016	R\$ 126.708,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 126.708,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00078/2016	R\$ 379.615,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00085/2016	R\$ 903.698,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 903.698,08
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00086/2016	R\$ 357.416,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 357.416,81



TIPO UG	LEI	DECRETO				TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO
			SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00088/2016	R\$ 1.120.440,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00094/2016	R\$ 605.544,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00096/2016	R\$ 642.065,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 642.065,83
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00097/2016	R\$ 7.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 7.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00099/2016	R\$ 258.625,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00110/2016	R\$ 660.106,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00112/2016	R\$ 585.275,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 585.275,03
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00113/2016	R\$ 381.046,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 381.046,41
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00118/2016	R\$ 781.449,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00126/2016	R\$ 1.285.924,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00128/2016	R\$ 1.301.989,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00130/2016	R\$ 681.804,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 681.804,96
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00131/2016	R\$ 100.530,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 100.530,98
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00133/2016	R\$ 496.406,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00138/2016	R\$ 495.904,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00140/2016	R\$ 267.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00142/2016	R\$ 979.570,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 979.570,27
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00143/2016	R\$ 115.232,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 115.232,93
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00144/2016	R\$ 990.310,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00153/2016	R\$ 35.523,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00155/2016	R\$ 544.395,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 544.395,68



TIPO UG	LEI	DECRETO				TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO
			SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		
PREFEITURA MUNICIPAL	01818/2015	00156/2016	R\$ 77.787,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 77.787,09
PREFEITURA MUNICIPAL	01819/2016	00023/2016	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 100.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01825/2016	00040/2016	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 200.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01829/2016	00045/2016	R\$ 184.140,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 184.140,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01830/2016	00051/2016	R\$ 1.087.711,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01830/2016	00052/2016	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 100.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01831/2016	00053/2016	R\$ 46.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 46.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01832/2016	00054/2016	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 50.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01833/2016	00055/2016	R\$ 0,00	R\$ 333.823,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01833/2016	00056/2016	R\$ 0,00	R\$ 21.078,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 21.078,06
PREFEITURA MUNICIPAL	01834/2016	00057/2016	R\$ 119.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01834/2016	00058/2016	R\$ 105.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 105.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01835/2016	00065/2016	R\$ 550.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 550.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01836/2016	00069/2016	R\$ 652.958,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 652.958,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01837/2016	00070/2016	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 100.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01838/2016	00071/2016	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 120.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01838/2016	00072/2016	R\$ 4.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.100,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01839/2016	00076/2016	R\$ 828.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 828.100,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01841/2016	00084/2016	R\$ 34.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 34.200,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01843/2016	00095/2016	R\$ 0,00	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01844/2016	00103/2016	R\$ 63.734,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 63.734,60



TIPO UG	LEI	DECRETO				TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO
			SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		
PREFEITURA MUNICIPAL	01845/2016	00104/2016	R\$ 343.487,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 343.487,75
PREFEITURA MUNICIPAL	01846/2016	00105/2016	R\$ 106.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 106.700,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01847/2016	00106/2016	R\$ 466.768,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 466.768,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01848/2016	00107/2016	R\$ 152.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 152.500,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01849/2016	00114/2016	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01852/2016	00124/2016	R\$ 8.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 8.500,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01853/2016	00129/2016	R\$ 789.219,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 789.219,90
PREFEITURA MUNICIPAL	01854/2016	00158/2016	R\$ 292.656,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 292.656,00
			R\$ 36.488.928,91	R\$ 564.901,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 21.713.225,56
			R\$ 36.488.928,91	R\$ 564.901,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 21.713.225,56

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações Orçamentária/Leis Autorizativas.

Quadro 1.4 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
				R\$ 0,00	R\$ 0,00
				R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos.



Anexo 2 - ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Quadro 2.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO (Exceto Operações Intraorçamentárias)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA ARRECADADA CONSOLIDADA - EXCETO INTRA	R\$ 161.428.306,83
(B) DEDUÇÕES	R\$ 15.148.913,56
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA (C=A-B)	R\$ 146.279.393,27
(D) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior.	R\$ 5.215.703,15
(E) Receita Própria Orçamentária do RPPS Superavitário, exceto intra (Item 10 do Anexo único da RN TCE 43/2013)	R\$ 20.887.514,56
(F) Demais acréscimos promovidos pela equipe técnica	R\$ 0,00
(G) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA AJUSTADA - (G=C+D-E+F)	R\$ 130.607.581,86
(H) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA CONSOLIDADA - EXCETO INTRA	R\$ 119.016.415,90
(I) Despesa Própria Orçamentária do RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo único da RN TCE 43/2013)	R\$ 5.991.182,67
(J) Despesa efetivamente realizada, cujo fato gerador já tenha ocorrido, mas que não foi empenhada no exercício (item 5 da RN TCEMT 43/2013)	R\$ 0,00
(K) Empenhos liquidados que foram cancelados em detrimento da inexistência de justificativa plausível – (art. 63 da Lei 4.320/64)	R\$ 0,00
(L) Créditos adicionais financiados mediante superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior inexistentes ou que são incompatíveis com a fonte de recurso que financiou a transação (Item 7 da RN TCEMT 43/2013 c/c § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64 e parágrafo único do art. da 8º da LRF)	R\$ 0,00
(M) Demais reduções promovidas pela equipe técnica	R\$ 0,00
(N) DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA CONSOLIDADA AJUSTADA - (N=H-I+J+K+L+M)	R\$ 113.025.233,23
(O) RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADO - (O=G-N)	R\$ 17.582.348,63

Relatório Contas de Governo> Anexo: Receita > Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita/ Espaço do Controle Externo > Planilhas Auxiliares > Créditos Adicionais por Superávit Financeiro/ Relatório Contas de Governo> Anexo: Orçamento > Quadro: Despesa por Categoria Econômica.

Quadro 2.2 - Receita e Despesa do RPPS - Exceto Intra

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
-----------	-------------



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS - (Exceto Intra)	R\$ 20.887.514,56
(B) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior (RPPS). Exceto intra.	R\$ 0,00
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS AJUSTADA - (C=A+B)	R\$ 20.887.514,56
(D) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA CONSOLIDADA (RPPS)	R\$ 5.991.182,67
(E) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO RPPS (SEM INTRA) - (E=C-D)	R\$ 14.896.331,89
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO - RECEITA	R\$ 20.887.514,56
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO - DESPESA	R\$ 5.991.182,67

APLIC> UG:RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária / Espaço do Controle Externo > Planilhas Auxiliares > Créditos Adicionais por Superávit Financeiro / UG:RPPS > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.

Quadro 2.3 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA ARRECADADA DO RPPS	R\$ 28.332.945,79
(B) DEDUÇÕES	R\$ 0,00
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA ARRECADADA (RPPS) (C=A-B)	R\$ 28.332.945,79
(D) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior (RPPS).	R\$ 0,00
(E) Receita de Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS (7.9.4.0.00.00.00)	0,00
(F) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS AJUSTADA (F=C+D-E)	R\$ 28.332.945,79
(G) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA DO RPPS	R\$ 6.017.151,56
(H) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO RPPS (H=F-G)	R\$ 22.315.794,23

UG:RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária / APLIC> UG: RPPS > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais>Por Fonte/Financiamento / APLIC> UG:RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária / APLIC> UG:RPPS > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.



Anexo 3 - RESTOS A PAGAR

Quadro 3.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo anterior R\$	Movimento no exercício			Saldo para o exercício seguinte R\$
		Inscrição R\$	Baixa R\$		
			Por pagamento	Por cancelamento	
Restos a Pagar Não Processados					
Anteriores a 2015	R\$ 1.061.364,46	R\$ 0,00	R\$ 234.947,64	R\$ 806.198,71	R\$ 20.218,11
2015	R\$ 3.614.809,59	R\$ 0,00	R\$ 3.095.529,29	R\$ 493.387,82	R\$ 25.892,48
2016	R\$ 0,00	R\$ 2.050.230,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.050.230,63
Total (A)	R\$ 4.676.174,05	R\$ 2.050.230,63	R\$ 3.330.476,93	R\$ 1.299.586,53	R\$ 2.096.341,22
Restos a Pagar Processados					
Anteriores a 2015	R\$ 47.982,19	R\$ 0,00	R\$ 26.896,50	R\$ 2.459,10	R\$ 18.626,59
2015	R\$ 1.536.124,06	R\$ 0,00	R\$ 1.534.919,46	R\$ 0,00	R\$ 1.204,60
2016	R\$ 0,00	R\$ 629.621,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 629.621,86
Total (B)	R\$ 1.584.106,25	R\$ 629.621,86	R\$ 1.561.815,96	R\$ 2.459,10	R\$ 649.453,05
Total (A+B)	R\$ 6.260.280,30	R\$ 2.679.852,49	R\$ 4.892.292,89	R\$ 1.302.045,63	R\$ 2.745.794,27

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar. Neste quadro, os saldos dos Restos a Pagar Não Processados Liquidados no exercício e não pagos estão no grupo de controle dos Restos a Pagar Não Processados.



Quadro 3.2 - Disponibilidade para Pagamento de RP - 31/12/2016 - Poder Executivo (ART. 42 – LRF)

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Se não I = zero
Disponibilidade para pagamento RP em 31/12 - Exceto RPPS										
00	Recursos Ordinários	R\$ 9.618.173,63	R\$ 0,00	R\$ 9.618.173,63	R\$ 75.379,02	R\$ 9.542.794,61	R\$ 74.597,30	R\$ 9.468.197,31	R\$ 1.200.309,01	R\$ 0,00
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 406.983,90	R\$ 0,00	R\$ 406.983,90	R\$ 99,90	R\$ 406.884,00	R\$ 0,00	R\$ 406.884,00	R\$ 44.784,23	R\$ 0,00
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 630.542,82	R\$ 0,00	R\$ 630.542,82	-R\$ 145.000,00	R\$ 775.542,82	R\$ 9.000,00	R\$ 766.542,82	R\$ 279.719,42	R\$ 0,00
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	R\$ 1.523.917,16	R\$ 0,00	R\$ 1.523.917,16	R\$ 0,00	R\$ 1.523.917,16	R\$ 0,00	R\$ 1.523.917,16	R\$ 67.093,34	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se $G < H$ então $I = G-H$; Se não $I = zero$
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 468.997,00	R\$ 0,00	R\$ 468.997,00	R\$ 62,84	R\$ 468.934,16	R\$ 444,90	R\$ 468.489,26	R\$ 34.384,41	R\$ 0,00
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 22.919,17	R\$ 0,00	R\$ 22.919,17	R\$ 0,00	R\$ 22.919,17	R\$ 46,02	R\$ 22.873,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 456.051,10	R\$ 0,00	R\$ 456.051,10	R\$ 0,00	R\$ 456.051,10	R\$ 7.350,00	R\$ 448.701,10	R\$ 134.503,38	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Se não I = zero
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 712.699,58	R\$ 0,00	R\$ 712.699,58	R\$ 0,00	R\$ 712.699,58	R\$ 425.797,32	R\$ 286.902,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21	Transferências de Convênios – Assistência Social	R\$ 31.973,16	R\$ 0,00	R\$ 31.973,16	R\$ 0,00	R\$ 31.973,16	R\$ 0,00	R\$ 31.973,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	Transferências de Convênios - Educação	R\$ 42.970,92	R\$ 0,00	R\$ 42.970,92	R\$ 0,00	R\$ 42.970,92	R\$ 0,00	R\$ 42.970,92	R\$ 1.634,80	R\$ 0,00
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 492.048,62	R\$ 0,00	R\$ 492.048,62	R\$ 0,00	R\$ 492.048,62	R\$ 76.199,40	R\$ 415.849,22	R\$ 64.709,44	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Se não I = zero
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 629.008,44	R\$ 0,00	R\$ 629.008,44	R\$ 0,00	R\$ 629.008,44	R\$ 0,00	R\$ 629.008,44	R\$ 70.640,03	R\$ 0,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 194.901,39	R\$ 0,00	R\$ 194.901,39	R\$ 0,00	R\$ 194.901,39	R\$ 0,00	R\$ 194.901,39	R\$ 7.971,45	R\$ 0,00
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 272.930,84	R\$ 0,00	R\$ 272.930,84	R\$ 0,00	R\$ 272.930,84	R\$ 0,00	R\$ 272.930,84	R\$ 11.504,56	R\$ 0,00
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 860.249,16	R\$ 0,00	R\$ 860.249,16	-R\$ 346,48	R\$ 860.595,64	R\$ 0,00	R\$ 860.595,64	R\$ 52.575,75	R\$ 0,00
81	Valores restituíveis	R\$ 48.220,96	R\$ 0,00	R\$ 48.220,96	R\$ 0,00	R\$ 48.220,96	R\$ 0,00	R\$ 48.220,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Se não I = zero
90	Operações de Crédito Internas	R\$ 7.580,45	R\$ 0,00	R\$ 7.580,45	R\$ 0,00	R\$ 7.580,45	R\$ 0,00	R\$ 7.580,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00
92	Alienação de Bens	R\$ 59.397,13	R\$ 0,00	R\$ 59.397,13	R\$ 0,00	R\$ 59.397,13	R\$ 0,00	R\$ 59.397,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00
93	Outras Receitas Não-Primárias	R\$ 528.528,27	R\$ 0,00	R\$ 528.528,27	R\$ 0,00	R\$ 528.528,27	R\$ 0,00	R\$ 528.528,27	R\$ 14.779,88	R\$ 0,00
94	Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 150.821,48	-R\$ 150.821,48	R\$ 0,00	-R\$ 150.821,48	R\$ 0,00	-R\$ 150.821,48
		R\$ 17.008.093,70	R\$ 0,00	R\$ 17.008.093,70	R\$ 81.016,76	R\$ 16.927.076,94	R\$ 593.434,94	R\$ 16.333.642,00	R\$ 1.984.609,70	
Disponibilidade para pagamento RP em 31/12 - somente RPPS										
00	Recursos Ordinários	R\$ 99.184.072,44	R\$ 0,00	R\$ 99.184.072,44	R\$ 0,00	R\$ 99.184.072,44	R\$ 0,00	R\$ 99.184.072,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Se não I = zero
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 33.741.154,86	R\$ 0,00	R\$ 33.741.154,86	R\$ 0,00	R\$ 33.741.154,86	R\$ 20.751,00	R\$ 33.720.403,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00
53	Recursos da Taxa de Administração	R\$ 354.220,57	R\$ 0,00	R\$ 354.220,57	R\$ 0,00	R\$ 354.220,57	R\$ 15.435,92	R\$ 338.784,65	R\$ 65.620,93	R\$ 0,00
		R\$ 133.279.447,87	R\$ 0,00	R\$ 133.279.447,87	R\$ 0,00	R\$ 133.279.447,87	R\$ 36.186,92	R\$ 133.243.260,95	R\$ 65.620,93	

APLIC : UG: Prefeitura>Informes Mensais>Disponibilidade>Disponibilidade Financeira - Poder Executivo.



Quadro 3.3 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2016 – Poder Executivo (ART. 42 – LRF)

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
Disponibilidade Líquida em 30/04/12 – (ART. 42 – LRF) - Exceto RPPS									
00	Recursos Ordinários	R\$ 6.874.266,87	R\$ 0,00	R\$ 6.874.266,87	R\$ 1.177.437,07	R\$ 5.696.829,80	R\$ 461.591,74	R\$ 5.235.238,06	R\$ 23.908.188,02
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 31.887,69	R\$ 0,00	R\$ 31.887,69	R\$ 192.660,53	-R\$ 160.772,84	R\$ 57.349,84	-R\$ 218.122,68	R\$ 3.340.714,26
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 36.579,14	R\$ 0,00	R\$ 36.579,14	-R\$ 9.360,11	R\$ 45.939,25	R\$ 159.251,06	-R\$ 113.311,81	R\$ 6.479.700,63
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	R\$ 1.046.932,30	R\$ 0,00	R\$ 1.046.932,30	R\$ 127.086,25	R\$ 919.846,05	R\$ 2.444,51	R\$ 917.401,54	R\$ 2.242.022,54



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 1.085.947,32	R\$ 0,00	R\$ 1.085.947,32	R\$ 50.574,79	R\$ 1.035.372,53	R\$ 139.234,80	R\$ 896.137,73	R\$ 176.696,46
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 97.010,31	R\$ 0,00	R\$ 97.010,31	R\$ 0,00	R\$ 97.010,31	R\$ 0,00	R\$ 97.010,31	R\$ 0,00
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.448.541,96	R\$ 0,00	R\$ 1.448.541,96	R\$ 2.311,04	R\$ 1.446.230,92	R\$ 0,00	R\$ 1.446.230,92	R\$ 249.428,74
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 421.880,77	R\$ 0,00	R\$ 421.880,77	R\$ 0,00	R\$ 421.880,77	R\$ 217.223,65	R\$ 204.657,12	R\$ 9.057.943,41



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00
21	Transferências de Convênios – Assistência Social	R\$ 88.626,65	R\$ 0,00	R\$ 88.626,65	R\$ 1.167,48	R\$ 87.459,17	R\$ 0,00	R\$ 87.459,17	R\$ 94.454,00
22	Transferências de Convênios - Educação	R\$ 229.748,79	R\$ 0,00	R\$ 229.748,79	R\$ 366,58	R\$ 229.382,21	R\$ 74.031,14	R\$ 155.351,07	R\$ 497.642,60
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 314.541,09	R\$ 0,00	R\$ 314.541,09	R\$ 16.025,27	R\$ 298.515,82	R\$ 0,00	R\$ 298.515,82	R\$ 0,00
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 1.658.994,05	R\$ 0,00	R\$ 1.658.994,05	R\$ 23.024,86	R\$ 1.635.969,19	R\$ 0,00	R\$ 1.635.969,19	R\$ 667.715,43



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 123.367,28	R\$ 0,00	R\$ 123.367,28	R\$ 26.851,85	R\$ 96.515,43	R\$ 9.959,44	R\$ 86.555,99	R\$ 120.525,15
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 249.131,92	R\$ 0,00	R\$ 249.131,92	R\$ 4.352,08	R\$ 244.779,84	R\$ 27.720,00	R\$ 217.059,84	R\$ 367.042,78
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 636.279,44	R\$ 0,00	R\$ 636.279,44	R\$ 8.239,43	R\$ 628.040,01	R\$ 2.600,00	R\$ 625.440,01	R\$ 322.421,13
81	Valores restituíveis	R\$ 52.742,77	R\$ 0,00	R\$ 52.742,77	R\$ 0,00	R\$ 52.742,77	R\$ 0,00	R\$ 52.742,77	R\$ 0,00
90	Operações de Crédito Internas	R\$ 1.728,69	R\$ 0,00	R\$ 1.728,69	R\$ 0,00	R\$ 1.728,69	R\$ 0,00	R\$ 1.728,69	R\$ 0,00
92	Alienação de Bens	R\$ 56.798,70	R\$ 0,00	R\$ 56.798,70	R\$ 3.620,99	R\$ 53.177,71	R\$ 0,00	R\$ 53.177,71	R\$ 600.000,00
93	Outras Receitas Não-Primárias	R\$ 797.166,85	R\$ 0,00	R\$ 797.166,85	R\$ 0,00	R\$ 797.166,85	R\$ 0,00	R\$ 797.166,85	R\$ 24.339,89



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
94	Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 156.181,62	-R\$ 156.181,62	R\$ 0,00	-R\$ 156.181,62	R\$ 0,00
		R\$ 15.252.172,59	R\$ 0,00	R\$ 15.252.172,59	R\$ 1.780.539,73	R\$ 13.471.632,86	R\$ 1.151.406,18	R\$ 12.320.226,68	R\$ 48.149.835,04
Disponibilidade Líquida em 30/04/12 – (ART. 42 – LRF) - RPPS									
00	Recursos Ordinários	R\$ 110.906.202,59	R\$ 0,00	R\$ 110.906.202,59	R\$ 0,00	R\$ 110.906.202,59	R\$ 0,00	R\$ 110.906.202,59	R\$ 0,00
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 8.736.860,91	R\$ 0,00	R\$ 8.736.860,91	R\$ 0,00	R\$ 8.736.860,91	R\$ 0,00	R\$ 8.736.860,91	R\$ 1.527.870,56
53	Recursos da Taxa de Administração	R\$ 65.438,05	R\$ 0,00	R\$ 65.438,05	R\$ 0,00	R\$ 65.438,05	R\$ 11.155,02	R\$ 54.283,03	R\$ 270.403,14
		R\$ 119.708.501,55	R\$ 0,00	R\$ 119.708.501,55	R\$ 0,00	R\$ 119.708.501,55	R\$ 11.155,02	R\$ 119.697.346,53	R\$ 1.798.273,70

APLIC : UG: Prefeitura>Informes Mensais>Disponibilidade>Disponibilidade Financeira - Poder Executivo.



Quadro 3.4 - Indicador de Disponibilidade Financeira por Fonte do Município - Exceto RPPS

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Obrigações financeiras independente da execução Orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados (E) = C - D	Total restos a pagar processados (F)	Total restos a pagar não processados (G)
Quocientes de Disponibilidade Financeira - Exceto RPPS								
94	Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.475,00	R\$ 145.346,48
00	Recursos Ordinários	R\$ 9.618.173,63	R\$ 0,00	R\$ 9.618.173,63	R\$ 15.074,98	R\$ 9.603.098,65	R\$ 88.790,75	R\$ 1.246.419,60
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 406.983,90	R\$ 0,00	R\$ 406.983,90	R\$ 0,00	R\$ 406.983,90	R\$ 99,90	R\$ 44.784,23
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 630.542,82	R\$ 0,00	R\$ 630.542,82	R\$ 0,00	R\$ 630.542,82	R\$ 9.000,00	R\$ 134.719,42
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	R\$ 1.523.917,16	R\$ 0,00	R\$ 1.523.917,16	R\$ 0,00	R\$ 1.523.917,16	R\$ 0,00	R\$ 67.093,34
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 468.997,00	R\$ 0,00	R\$ 468.997,00	R\$ 0,00	R\$ 468.997,00	R\$ 507,74	R\$ 34.384,41



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Obrigações financeiras independente da execução Orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados (E) = C - D	Total restos a pagar processados (F)	Total restos a pagar não processados (G)
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 22.919,17	R\$ 0,00	R\$ 22.919,17	R\$ 0,00	R\$ 22.919,17	R\$ 46,02	R\$ 0,00
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 456.051,10	R\$ 0,00	R\$ 456.051,10	R\$ 0,00	R\$ 456.051,10	R\$ 7.350,00	R\$ 134.503,38
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 712.699,58	R\$ 0,00	R\$ 712.699,58	R\$ 0,00	R\$ 712.699,58	R\$ 425.797,32	R\$ 0,00
21	Transferências de Convênios – Assistência Social	R\$ 31.973,16	R\$ 0,00	R\$ 31.973,16	R\$ 0,00	R\$ 31.973,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	Transferências de Convênios - Educação	R\$ 42.970,92	R\$ 0,00	R\$ 42.970,92	R\$ 0,00	R\$ 42.970,92	R\$ 0,00	R\$ 1.634,80
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 492.048,62	R\$ 0,00	R\$ 492.048,62	R\$ 0,00	R\$ 492.048,62	R\$ 76.199,40	R\$ 64.709,44



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Obrigações financeiras independente da execução Orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados (E) = C - D	Total restos a pagar processados (F)	Total restos a pagar não processados (G)
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 629.008,44	R\$ 0,00	R\$ 629.008,44	R\$ 0,00	R\$ 629.008,44	R\$ 0,00	R\$ 70.640,03
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 194.901,39	R\$ 0,00	R\$ 194.901,39	R\$ 0,00	R\$ 194.901,39	R\$ 0,00	R\$ 7.971,45
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 272.930,84	R\$ 0,00	R\$ 272.930,84	R\$ 0,00	R\$ 272.930,84	R\$ 0,00	R\$ 11.504,56
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 860.249,16	R\$ 0,00	R\$ 860.249,16	R\$ 0,00	R\$ 860.249,16	R\$ 0,00	R\$ 52.229,27
81	Valores restituíveis	R\$ 48.220,96	R\$ 0,00	R\$ 48.220,96	R\$ 0,00	R\$ 48.220,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00
90	Operações de Crédito Internas	R\$ 7.580,45	R\$ 0,00	R\$ 7.580,45	R\$ 0,00	R\$ 7.580,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00
92	Alienação de Bens	R\$ 59.397,13	R\$ 0,00	R\$ 59.397,13	R\$ 0,00	R\$ 59.397,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00
93	Outras Receitas Não-Primárias	R\$ 528.528,27	R\$ 0,00	R\$ 528.528,27	R\$ 0,00	R\$ 528.528,27	R\$ 0,00	R\$ 14.779,88



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Obrigações financeiras independente da execução Orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados (E) = C - D	Total restos a pagar processados (F)	Total restos a pagar não processados (G)
		R\$ 17.008.093,70	R\$ 0,00	R\$ 17.008.093,70	R\$ 15.074,98	R\$ 16.993.018,72	R\$ 613.266,13	R\$ 2.030.720,29
Quocientes de Disponibilidade Financeira - Somente RPPS								
00	Recursos Ordinários	R\$ 99.184.072,44	R\$ 0,00	R\$ 99.184.072,44	R\$ 0,00	R\$ 99.184.072,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 33.741.154,86	R\$ 0,00	R\$ 33.741.154,86	R\$ 0,00	R\$ 33.741.154,86	R\$ 20.751,00	R\$ 0,00
53	Recursos da Taxa de Administração	R\$ 354.220,57	R\$ 0,00	R\$ 354.220,57	R\$ 0,00	R\$ 354.220,57	R\$ 15.435,92	R\$ 65.620,93
		R\$ 133.279.447,87	R\$ 0,00	R\$ 133.279.447,87	R\$ 0,00	R\$ 133.279.447,87	R\$ 36.186,92	R\$ 65.620,93
	TOTAL	R\$ 150.287.541,57	R\$ 0,00	R\$ 150.287.541,57	R\$ 15.074,98	R\$ 150.272.466,59	R\$ 649.453,05	R\$ 2.096.341,22

APLIC> Informes Mensais> Disponibilidade Financeira



Anexo 4 - DÍVIDA

Quadro 4.1 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 9.330.384,27
DEDUÇÕES (II)	R\$ 16.394.827,57
Ativo Disponível	R\$ 17.008.093,70
Haveres financeiros	R\$ 0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	R\$ 613.266,13
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	R\$ 0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 130.351.309,21
% da DC sobre a RCL	7,15%
% da DCL sobre a RCL	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 156.421.571,05
Insuficiência Financeira para pagamento de Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	R\$ 0,00

Nota: Se o saldo das DEDUÇÕES for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira". Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha. APLIC > Informes Mensais > Dívidas > Dívida Consolidada Líquida Anual - Unidade Orçamentária: Prefeitura.

Quadro 4.2 - Dívida Consolidada Líquida - RPPS (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 111.056.386,73
DEDUÇÕES (II)	R\$ 133.243.260,95
Ativo Disponível	R\$ 133.279.447,87
Haveres financeiros	R\$ 0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	R\$ 36.186,92
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	R\$ 0,00

Nota: Se o saldo das DEDUÇÕES for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira". Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha. APLIC > Informes Mensais > Dívidas > Dívida Consolidada Líquida Anual - Unidade Orçamentária: RPPS.

Quadro 4.3 - Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

DESCRIÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 520.072,06
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 93.565,77



DESCRIÇÃO	R\$
TOTAL	R\$ 613.637,83
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 130.351.309,21
% do Dispendios da Dívida Pública sobre a RCL <11,5%>	0,47%

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por função/dotação.

Quadro 4.4 - Dívida Pública Contratada no Exercício (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Dívida Pública sujeita ao limite para fins de contratação	R\$ 0,00
Operações vedadas	R\$ 0,00
(=) Total considerado para fins de apuração do cumprimento do limite	R\$ 0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 130.351.309,21
% da Dívida contratada sobre a RCL <16%>	0,00%

Informes Mensais > Dívida Pública .

Quadro 4.5 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 17.008.093,70	R\$ 0,00	R\$ 17.008.093,70
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 2.936.573,73	R\$ 0,00	R\$ 2.936.573,73
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 14.071.519,97	R\$ 0,00	R\$ 14.071.519,97

Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS

Quadro 4.6 - Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS

FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	R\$ 8.211.164,34	-R\$ 517.023,48	R\$ 8.728.187,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	R\$ 1.681.745,45	R\$ 814.760,52	R\$ 866.984,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 1.066.102,70	R\$ 704.002,93	R\$ 362.099,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
15 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação - FNDE	R\$ 626.404,25	R\$ 192.299,40	R\$ 434.104,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18 - Transferências do FUNDEB 60%	-R\$ 211.707,15	-R\$ 241.151,34	R\$ 29.444,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19 - Transferência do FUNDEB 40%	R\$ 29.445,23	R\$ 29.445,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22 - Transferência de Convênios - Educação	R\$ 171.500,42	R\$ 130.164,30	R\$ 41.336,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25 - Demais Recursos Vinculados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	R\$ 4.564.171,89	R\$ 1.611.403,17	R\$ 2.952.768,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	R\$ 1.281.828,43	R\$ 940.005,03	R\$ 341.823,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12 - Serviços de Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14 - Transferência de Recursos do SUS - União	R\$ 1.774.761,77	R\$ 420.102,81	R\$ 1.354.658,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23 - Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 604.991,12	R\$ 156.378,17	R\$ 448.612,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26 - Demais Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41 - Serviços Hospitalares	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
42 - Transferência de Recursos SUS - Estado	R\$ 902.590,57	R\$ 94.917,16	R\$ 807.673,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 257.108,14	R\$ 53.536,63	R\$ 203.571,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21 - Transferência de Convênios - Assistência Social	R\$ 82.462,46	R\$ 3.309,16	R\$ 79.153,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27 - Demais Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 174.645,68	R\$ 50.227,47	R\$ 124.418,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
43 - Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
RECURSOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	R\$ 388.808,74	R\$ 381.228,29	R\$ 7.580,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
90 - Operações de Crédito Internas	R\$ 388.808,74	R\$ 381.228,29	R\$ 7.580,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
91 - Operações de Crédito Externas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
92 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENAÇÕES DE BENS	R\$ 59.397,13	R\$ 0,00	R\$ 59.397,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS	R\$ 1.845.698,01	R\$ 592.668,60	R\$ 1.253.029,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 22.919,17	R\$ 46,02	R\$ 22.873,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 490.333,12	R\$ 176.135,40	R\$ 314.197,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24 - Transf. de Convênios (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 731.524,04	R\$ 112.999,66	R\$ 618.524,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	R\$ 284.789,68	R\$ 23.363,40	R\$ 261.426,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
81 - Valores Restituíveis	R\$ 49.705,07	R\$ 13.697,19	R\$ 36.007,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
82 - Demais Recursos Vinculados (não relacionados à Educação/Saúde/Assist. Social)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
93 - Outras Receitas Não Primárias	R\$ 15.164,85	R\$ 15.164,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
94 - Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 251.262,08	R\$ 251.262,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SUBTOTAL - EXCETO RPPS	R\$ 17.008.093,70	R\$ 2.936.573,73	R\$ 14.071.519,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS DO RPPS	R\$ 133.279.447,87	R\$ 124.575,00	R\$ 133.154.872,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL	R\$ 150.287.541,57	R\$ 3.061.148,73	R\$ 147.226.392,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Contabilidade>Movimentação das Fontes/Destaques de Recursos.



Anexo 5 - RECEITA

Quadro 5.1 - Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES	R\$ 129.541.020,00	R\$ 152.509.462,90	117,73%
Receita Tributária	R\$ 16.874.400,00	R\$ 22.410.632,78	132,80%
Receita de Contribuições	R\$ 4.171.500,00	R\$ 4.455.665,28	106,81%
Receita Patrimonial	R\$ 7.791.900,00	R\$ 18.804.771,81	241,33%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 3.275.700,00	R\$ 3.310.829,47	101,07%
Transferências Correntes	R\$ 95.767.920,00	R\$ 102.208.124,03	106,72%
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.659.600,00	R\$ 1.319.439,53	79,50%
II - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 13.380.000,00	R\$ 8.918.843,93	66,65%
Alienação de bens	R\$ 600.000,00	R\$ 134.740,00	22,45%
Transferência de capital	R\$ 3.750.000,00	R\$ 2.757.040,16	73,52%
Operação de crédito	R\$ 9.030.000,00	R\$ 6.027.063,77	66,74%
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)	R\$ 142.921.020,00	R\$ 161.428.306,83	112,94%
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	-R\$ 14.522.700,00	-R\$ 15.148.913,56	104,31%
Deduções da receita tributária	-R\$ 1.409.400,00	-R\$ 1.403.183,42	99,55%
Deduções da receita patrimonial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Deduções de transferências correntes	-R\$ 13.113.300,00	-R\$ 13.745.730,14	104,82%
Deduções de outras receitas correntes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)	R\$ 128.398.320,00	R\$ 146.279.393,27	113,92%
V - Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 6.344.000,00	R\$ 7.445.431,23	117,36%
VI - Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 134.742.320,00	R\$ 153.724.824,50	114,08%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Dados Consolidados do Ente.

Quadro 5.2 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de receitas correntes	R\$ 152.509.462,90
(-) Deduções da Receita Corrente	-R\$ 1.403.183,42
= Total de receitas correntes - menos deduções	R\$ 151.106.279,48



Receitas	Total R\$
(-) Contribuição ao RPPS (segurado)	R\$ 3.497.482,12
(-) Receita da compensação financeira entre regimes previdenciários	R\$ 0,00
(-) Dedução de receita para formação do FUNDEB	-R\$ 13.745.730,14
(=) RCL (Antes da Dedução do IRRF)	R\$ 133.863.067,22
(-) Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 3.511.758,01
(=) RCL	R\$ 130.351.309,21

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 5.3 - Deduções para RCL

DESCRIÇÃO	Total R\$
Deduções da receita tributária	-R\$ 1.403.183,42
Deduções da receita patrimonial	R\$ 0,00
Deduções de outras receitas correntes	R\$ 0,00
TOTAL	-R\$ 1.403.183,42

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.



Anexo 6 - ENSINO

Quadro 6.1 - Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita resultante de impostos	R\$ 13.758.969,52
IPTU Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana	R\$ 1.937.447,18
ITBI Imposto sobre Transmissão de Bens "Inter Vivos"	R\$ 2.635.278,68
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 8.589.463,05
ITR Imposto Territorial Rural	R\$ 70.330,40
Dívida Ativa Proveniente de Impostos	R\$ 297.555,42
Juros e multas provenientes de Impostos	R\$ 66.564,11
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa Tributária de Impostos	R\$ 162.330,68
Transferências	R\$ 70.230.530,97
FPM Fundo de Participação dos Municípios	R\$ 18.273.335,74
Cota Parte ICMS	R\$ 43.122.335,25
Desoneração ICMS (LC 87/96)	R\$ 185.496,72
Cota Parte IPI Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados)	R\$ 246.256,22
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 4.609.431,58
Cota Parte IPVA Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	R\$ 3.793.675,46
Total receita base - ENSINO	R\$ 83.989.500,49
Valor mínimo - 25%	R\$ 20.997.375,12

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 6.2 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(+) Total despesa liquidada no Ensino - Função 12 (Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5)	R\$ 33.907.500,33
(+) Despesas liquidadas em 2016 decorrentes de restos a pagar não processados do Ensino inscritos em exercícios anteriores, exceto as de convênios, programas e FUNDEB Função 12. Fontes de recursos 00 e 01 (Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5)	R\$ 299.357,68
(-) Restos a pagar processados do Ensino inscritos em 2016 sem disponibilidade de caixa nas fontes 00 e 01 e Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Conforme quadro específico)	R\$ 0,00
(=) Despesas Bruta do Ensino	R\$ 34.206.858,01
(+) Valor retido referente ao FUNDEB	R\$ 13.745.730,14
(-) Despesas liquidadas do FUNDEB até o limite da transferência de recursos recebida. Função 12. Fontes de recursos 18 e 19.	R\$ 16.246.427,13



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(-) Despesas liquidadas de convênios e programas referentes ao Ensino até o limite dos recursos recebidos Função 12. Fontes de recursos 15, 22, 25. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 3.155.252,55
(-) Despesas liquidadas na função 12 com recursos vinculados diferentes da Educação (Função 12. Fonte de recursos iguais a 02, 14, 42, 23, 41, 12, 26, 21, 29, 43, 27, 50, 51, 52, 53, 54, 90, 91, 92, 16, 17, 24, 30, 81, 93 e 82. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5).	R\$ 4.999,94
(-) Outras despesas liquidadas que não se enquadram com a manutenção e desenvolvimento do Ensino (Não excluídas nos itens anteriores)	R\$ 932.845,17
(=) Total de recursos aplicados no Ensino provenientes de impostos	R\$ 27.613.063,36
Total da Receita Base	R\$ 83.989.500,49
Percentual sobre a receita base	32,87%
Limite mínimo sobre a receita base	25%
Situação	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por função. APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 6.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para pagamento de RP Processados do Ensino

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(A) (=) Disponibilidade de Caixa Bruta nas fontes 00 e 01 em 31/12/16	R\$ 10.025.157,53
(B) (-) RP processados e não processados de exercícios anteriores	R\$ 65.941,78
(C) (-) RP processados e não processados inscritos em 2016 nas fontes ordinária e demais fontes não vinculadas ao Ensino (Fontes 00, 02, 12, 14, 16, 17, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 53, 54, 81, 82, 90, 91, 92, 93, 94)	R\$ 2.047.812,71
(D) (=) Disponibilidade para pagamento de RP Processados de Ensino inscritos no 2016. Fontes 00 e 01	R\$ 7.911.403,04
(E) RP processados do Ensino inscritos no [Exercício corrente]. Função 12 Fontes 00 e 01 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 14,01
(F) (=) RP processados do Ensino inscritos no 2016 (Fontes 00 e 01) sem disponibilidade financeira	R\$ 0,00

Espaço Controle Externo>Contas de Governo 2017>Planilhas Auxiliares> Disponibilidade Caixa Bruta para pagamento de Restos a Pagar.

Quadro 6.4 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº LIQUIDAÇÃO	Nº EMPENHO	CREDOR	OBJETO	VALOR
Conforme apêndice A	Conforme apêndice A			R\$ 932.845,17



Nº LIQUIDAÇÃO	Nº EMPENHO	CREDOR	OBJETO	VALOR
				R\$ 932.845,17

Levantamento da equipe técnica.

Quadro 6.5 - Gastos com Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério. Recursos FUNDEB

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Valor da receita do FUNDEB	R\$ 16.360.185,19
Gasto com remuneração e valorização dos profissionais do magistério ensinos infantil e fundamental	R\$ 16.246.427,13
% da aplicação s/ a receita do FUNDEB	99,30%
Limite percentual mínimo	60%
Situação	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Função. APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.



Anexo 7 - SAÚDE

Quadro 7.1 - Receita base para aplicação em ações e serviços públicos de saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita resultante de impostos	R\$ 13.758.969,52
IPTU Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana	R\$ 1.937.447,18
ITBI Imposto sobre Transmissão de Bens "Inter Vivos"	R\$ 2.635.278,68
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 8.589.463,05
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 70.330,40
Dívida Ativa Proveniente de Impostos	R\$ 297.555,42
Juros e multas provenientes de Impostos	R\$ 66.564,11
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa Tributária de Impostos	R\$ 162.330,68
Transferências	R\$ 70.230.530,97
FPM Fundo de Participação dos Municípios	R\$ 18.273.335,74
Cota Parte ICMS	R\$ 43.122.335,25
Desoneração ICMS (LC 87/96)	R\$ 185.496,72
Cota Parte IPI Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados)	R\$ 246.256,22
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 4.609.431,58
Cota Parte IPVA Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	R\$ 3.793.675,46
Cota Parte IOF s/ ouro – Imposto sobre Operações Financeiras	R\$ 0,00
Total receita base	R\$ 83.989.500,49
Valor mínimo - 15% (Saúde)	R\$ 12.598.425,07

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 7.2 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(+) Total da despesa empenhada em Saúde no exercício Função 10. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 26.680.653,06
(+) Despesas Empenhadas no exercício referentes à amortização e aos respectivos encargos financeiros decorrentes de operações de crédito contratadas a partir de 01/01/2000, visando ao financiamento de ações e serviços públicos de Saúde (art. 24, § 3º, da LC nº 141/2012)	R\$ 0,00



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(-) Restos a pagar processados e não processados da Saúde inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa nas fontes 00 e 02 e Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Exceto Elemento de Despesa 01 e 03) (Resolução de Consulta nº 14/2012)	R\$ 0,00
(=) Despesa bruta na Função Saúde	R\$ 26.680.653,06
(+) Despesas Empenhadas com saneamento (Função 17) nos termos do art. 3º, VI e VII, da LC nº 141/2012 Fonte: 00 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 Exceto: Elemento de Despesa 01 e 03.	R\$ 0,00
(-) Despesa empenhada com aposentadorias e pensões dos servidores Saúde, caso essas tenham sido realizadas na função Saúde (art. 4º, I, da LC nº 141/2012). Função 10; Elemento de Despesa 01 e 03. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 0,00
(-) Despesas empenhadas de convênios e programas referentes à Saúde - art. 4º, X, da LC nº 141/2012. (Até o limite dos recursos recebidos) Função 10; Fonte de Recurso 12, 14, 23, 26, 41 e 42; Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03)	R\$ 5.658.374,30
(-) Despesas Empenhadas na função 10 com recursos vinculados diferentes da Saúde Função 10. Fontes de recursos diferentes de 02, 12, 14, 23, 26, 41, 42 e 94. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03).	R\$ 713.067,03
(-) Outras despesas empenhadas que não se enquadram em ações e serviços públicos de Saúde e saneamento. Função 10. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Não excluídas nos itens anteriores)	R\$ 0,00
(=) Total de despesas realizadas em ações e serviços públicos de saúde	R\$ 20.309.211,73
Total da Receita Base	R\$ 83.989.500,49
(=) Percentual aplicado em saúde	24,18%
Limite mínimo aplicado em saúde	15%
Situação	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Função.

Quadro 7.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para Pagamento de Restos a Pagar da Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(A) (=) Disponibilidade de Caixa Bruta nas fontes 00 e 02 em 31/12/2016	R\$ 10.248.716,45
(B) (-) RP processados e não processados de exercícios anteriores	R\$ 65.941,78
(C) (-) RP inscritos em 2016 nas fontes ordinária e demais fontes não vinculadas à Saúde (Fontes 00, 01, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 27, 29, 30, 43, 50, 51, 52, 53, 54, 81, 82, 90, 91, 92, 93, 94; Função diferente de 10)	R\$ 1.902.618,28



DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(D) (=) (In) Disponibilidade para pagamento de RP Processados e não Processados da Saúde inscritos em 2016]. Fontes 00 e 02	R\$ 8.280.156,39
(E) RP Processados e não Processados da Saúde inscritos em 2016. Função 10. Fontes 00 e 02. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03	R\$ 414.588,43
(F) (=) Restos a pagar processados e não processados da saúde inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa nas fontes 00 e 02. Exceto Elemento de Despesa 01 e 03; Natureza de Despesa 2 e 6.	R\$ 0,00

Espaço Controle Externo>Contas de Governo 2017>Planilhas Auxiliares> Disponibilidade Caixa Bruta para pagamento de Restos a Pagar

Quadro 7.4 - Despesas não consideradas como ações e serviços públicos de Saúde

Nº LIQUIDAÇÃO	Nº EMPENHO	CREDOR	OBJETO	VALOR
				R\$ 0,00

Levantamento da equipe técnica.



Anexo 8 - PESSOAL

Quadro 8.1 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo / Janeiro a Junho

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Execução das Despesas de Pessoal - Janeiro a Junho								
3.1.90.01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	R\$ 1.195.460,51	R\$ 191.506,38	R\$ 191.506,38	R\$ 196.676,00	R\$ 197.968,40	R\$ 202.498,07	R\$ 215.305,28
3.1.90.03	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R\$ 392.832,18	R\$ 62.363,22	R\$ 62.363,22	R\$ 62.363,22	R\$ 62.363,22	R\$ 62.363,22	R\$ 81.016,08
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R\$ 2.010.292,77	R\$ 282.969,96	R\$ 277.723,29	R\$ 343.212,99	R\$ 375.695,43	R\$ 388.084,96	R\$ 342.606,14
3.1.90.05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R\$ 521.325,73	R\$ 65.699,22	R\$ 2.893,72	R\$ 113.533,72	R\$ 113.626,88	R\$ 109.597,97	R\$ 115.974,22
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 22.002.008,42	R\$ 3.645.948,42	R\$ 3.501.050,48	R\$ 3.714.672,55	R\$ 3.703.473,86	R\$ 3.736.494,01	R\$ 3.700.369,10
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 1.086.578,74	R\$ 154.085,32	R\$ 160.846,23	R\$ 191.073,96	R\$ 195.427,66	R\$ 200.743,23	R\$ 184.402,34



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R\$ 36.953,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 36.800,00	R\$ 0,00	R\$ 153,33
3.1.90.94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 481.954,15	R\$ 77.507,69	R\$ 29.498,08	R\$ 100.960,60	R\$ 45.390,57	R\$ 70.719,12	R\$ 157.878,09
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 2.802.537,64	R\$ 478.287,39	R\$ 456.306,02	R\$ 471.363,38	R\$ 477.203,32	R\$ 482.806,33	R\$ 436.571,20
3.3.90.34	OUTRAS DESP. PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	R\$ 1.526.897,06	R\$ 121.467,88	R\$ 268.051,81	R\$ 259.422,26	R\$ 327.625,46	R\$ 238.021,69	R\$ 312.307,96
		R\$ 32.056.840,53	R\$ 5.079.835,48	R\$ 4.950.239,23	R\$ 5.453.278,68	R\$ 5.535.574,80	R\$ 5.491.328,60	R\$ 5.546.583,74

Quadro Gastos com Pessoal detalhado



Quadro 8.2 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo /Julho a Dezembro

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Execução das Despesas de Pessoal - Julho a Dezembro								
3.1.90.01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	R\$ 1.540.374,01	R\$ 220.780,42	R\$ 223.436,76	R\$ 221.710,91	R\$ 221.710,91	R\$ 221.710,91	R\$ 431.024,10
3.1.90.03	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R\$ 545.076,07	R\$ 68.192,28	R\$ 82.685,21	R\$ 90.805,17	R\$ 77.140,57	R\$ 77.140,57	R\$ 149.112,27
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R\$ 1.942.165,49	R\$ 360.396,70	R\$ 337.716,82	R\$ 361.043,54	R\$ 337.541,27	R\$ 240.416,11	R\$ 305.051,05
3.1.90.05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R\$ 796.636,57	R\$ 152.656,37	R\$ 99.564,51	R\$ 114.845,89	R\$ 125.325,64	R\$ 110.766,27	R\$ 193.477,89
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 22.905.315,06	R\$ 3.643.376,89	R\$ 3.714.574,46	R\$ 3.674.332,91	R\$ 3.698.864,62	R\$ 3.682.307,66	R\$ 4.491.858,52
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 1.124.629,35	R\$ 195.125,49	R\$ 188.827,97	R\$ 175.984,96	R\$ 177.392,31	R\$ 175.898,23	R\$ 211.400,39
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
3.1.90.94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 558.139,34	R\$ 141.200,10	R\$ 14.142,56	R\$ 9.342,70	R\$ 23.815,26	R\$ 64.110,59	R\$ 305.528,13
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 2.849.090,04	R\$ 465.446,98	R\$ 474.423,92	R\$ 469.162,39	R\$ 473.633,84	R\$ 493.631,68	R\$ 472.791,23
3.3.90.34	OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	R\$ 1.985.098,87	R\$ 303.225,20	R\$ 110.652,25	R\$ 385.275,24	R\$ 430.425,94	R\$ 238.957,95	R\$ 516.562,29
		R\$ 34.246.524,80	R\$ 5.550.400,43	R\$ 5.246.024,46	R\$ 5.502.503,71	R\$ 5.565.850,36	R\$ 5.304.939,97	R\$ 7.076.805,87

Quadro Gastos com Pessoal detalhado



Quadro 8.3 - Gastos com pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 69.250.557,23	R\$ 231.058,95
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 60.977.915,18	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 4.991.705,07	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 3.280.936,98	R\$ 231.058,95
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 6.031.798,56	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 1.040.093,49	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores Consolidado (Exceto RPPS)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 4.991.705,07	R\$ 0,00
2.5 - Outros (conforme entendimento da equipe técnica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 63.218.758,67	R\$ 231.058,95
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (Antes da Dedução do IRRF) (3a + 3b)	R\$ 63.449.817,62	
5 - Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 3.511.758,01	
6 - DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 59.938.059,61	

Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.



Quadro 8.4 - Gastos com pessoal. Poder Legislativo (arts. 18 a 22 LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 3.178.250,85	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 3.178.250,85	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5 - Outros (conforme entendimento da equipe técnica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 3.178.250,85	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (Antes da Dedução IRRF) (3a + 3b)	R\$ 3.178.250,85	
5 - Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 221.132,91	
6 - DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 2.957.117,94	

Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro 8.5 - Apuração do cumprimento do limite legal individual - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016

PODER	DESPESA TOTAL COM PESSOAL	RCL	%
Executivo	R\$ 56.980.941,67	R\$ 130.351.309,21	43,71%
Legislativo	R\$ 2.957.117,94	R\$ 130.351.309,21	2,26%

Quadro: Gastos com pessoal - Detalhado e Quadro: Receita Corrente Líquida.



Quadro 8.6 - Apuração do cumprimento do limite legal - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR (R\$)
1- DESPESA TOTAL COM PESSOAL (DTP)	R\$ 59.938.059,61
2 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	R\$ 130.351.309,21
3 - % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL	45,98%
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art.20 da LRF)	60%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF)	54%

Quadro Gastos com Pessoal Detalhado e Quadro Receita Corrente Líquida.

Quadro 8.7 - Gastos com Pessoal Detalhado

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 60.977.915,18	R\$ 0,00	R\$ 57.799.664,33	R\$ 0,00	R\$ 3.178.250,85	R\$ 0,00
1.1.1 Vencimentos e Vantagens Fixas (3.X.XX.11.XX)	R\$ 47.614.905,32	R\$ 0,00	R\$ 44.907.323,48	R\$ 0,00	R\$ 2.707.581,84	R\$ 0,00
1.1.2 Obrigações Trabalhistas (3.1.XX.07.XX+ 3.X.XX.09.XX+ 3.1.XX.13.XX)	R\$ 8.333.504,78	R\$ 0,00	R\$ 7.862.835,77	R\$ 0,00	R\$ 470.669,01	R\$ 0,00
1.1.3 Ressarcimento com Pessoal Requisitado (3.1.XX.96.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.4 Contratação Temporária (3.X.XX.04.XX)	R\$ 3.952.458,26	R\$ 0,00	R\$ 3.952.458,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.5 Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil (3.1.XX.16.XX)	R\$ 36.953,33	R\$ 0,00	R\$ 36.953,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
1.1.6 Depósitos Compulsórios (3.1.XX.67.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.7 Sentenças Judiciais (3.1.XX.91.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.8 Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.XX.92.04 + 3.1.XX.92.07+ 3.1.XX.92.09+ 3.1.XX.92.11 + 3.1.XX.92.13+ 3.1.XX.92.16)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.9 Indenizações Trabalhistas (3.X.XX.94.XX)	R\$ 1.040.093,49	R\$ 0,00	R\$ 1.040.093,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.10 Valor Acrescido pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 4.991.705,07	R\$ 0,00	R\$ 4.991.705,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.1 Aposentadorias e Reformas (3.X.XX.01.XX)	R\$ 2.735.834,52	R\$ 0,00	R\$ 2.735.834,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.2 Pensões (3.X.X.03.XX)	R\$ 937.908,25	R\$ 0,00	R\$ 937.908,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.3 Benefícios Previdenciários (3.X.XX.05.XX)	R\$ 1.317.962,30	R\$ 0,00	R\$ 1.317.962,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.4 Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.XX.92.01 + 3.1.XX.92.03)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
1.2.5 Valor Acrescido pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) (3.1.XX.34.XX+ 3.3.XX34.XX)	R\$ 3.280.936,98	R\$ 231.058,95	R\$ 3.280.936,98	R\$ 231.058,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (3.X.XX.94.XX)	R\$ 1.040.093,49	R\$ 0,00	R\$ 1.040.093,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial (3.1.XX.91.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 – Despesas de Exercícios Anteriores CONSOLIDADO (3.1.XX.92.01+ 3.1.XX.92.03 +3.1.XX.92.04 + 3.1.XX.92.07+ 3.1.XX.92.09+ 3.1.XX.92.11 + 3.1.XX.92.13+ 3.1.XX.92.16)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 4.991.705,07	R\$ 0,00	R\$ 4.991.705,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.1 Aposentadorias e Reformas - Somente RPPS (3.X.XX.01.XX)	R\$ 2.735.834,52	R\$ 0,00	R\$ 2.735.834,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
2.4.2 Pensões - Somente RPPS (3.X.XX.03.XX)	R\$ 937.908,25	R\$ 0,00	R\$ 937.908,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.3 Benefícios Previdenciários - Somente RPPS (3.X.XX.05.XX)	R\$ 1.317.962,30	R\$ 0,00	R\$ 1.317.962,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.4 Salário família - Somente RPPS (3.X.XX.09.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5. Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 63.218.758,67	R\$ 231.058,95	R\$ 60.040.507,82	R\$ 231.058,95	R\$ 3.178.250,85	R\$ 0,00
DTP (Antes da Dedução do IRRF)	R\$ 63.449.817,62		R\$ 60.271.566,77		R\$ 3.178.250,85	
3 – Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 3.511.758,01		R\$ 3.290.625,10		R\$ 221.132,91	
DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 59.938.059,61		R\$ 56.980.941,67		R\$ 2.957.117,94	

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.



Anexo 9 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL

Quadro 9.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art.29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 17.439.093,09
Impostos	R\$ 14.072.314,08
IPTU	R\$ 1.709.723,45
IRRF	R\$ 3.218.088,48
ITBI	R\$ 1.428.555,23
ISSQN	R\$ 7.715.946,92
ITR	R\$ 0,00
TAXAS	R\$ 1.858.383,96
Contribuição de Melhoria	R\$ 254.656,86
Juros e multas das receitas tributárias	R\$ 78.038,69
Receita da Dívida Ativa Tributária	R\$ 894.455,62
Juros e multas da dívida ativa tributária	R\$ 281.243,88
Transferências da União	R\$ 20.468.170,88
FPM	R\$ 15.811.858,33
Transf. ITR	R\$ 4.425.346,52
IOF s/ ouro	R\$ 0,00
ICMS Desoneração	R\$ 196.559,53
CIDE	R\$ 34.406,50
Transferências do Estado	R\$ 42.680.214,60
ICMS	R\$ 38.991.372,37
IPVA	R\$ 3.362.671,22
IPI (Exportação)	R\$ 326.171,01
TOTAL GERAL	R\$ 80.587.478,57
População do Município	31.985
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 5.641.123,49
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 4.916.500,00
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 4.608.988,31

APLIC > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Dados Consolidados do Ente

Quadro 9.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO	SEQ
-----------	-----------	------------------	-------------------	-------------------	----------	-----



DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO	SEQ
Repasse do Poder Executivo	R\$ 4.916.500,00	R\$ 80.587.478,57	6,10%	7,00%	REGULAR	1
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 4.608.988,31	R\$ 80.587.478,57	5,71%	7,00%	REGULAR	1
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 2.957.117,94	R\$ 4.916.500,00	60,14%	70%	REGULAR	1
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 2.957.117,94	R\$ 130.351.309,21	2,26%	6%	REGULAR	1

APLIC > Unidade Gestora: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária. APLIC > Unidade Gestora: Câmara Municipal > Impressões > Anexos da Lei 4.320/64 > DVP > Transferência Intragovernamentais



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - A - Despesas liquidadas não enquadradas - Educação

APÊNDICE - A

Despesas liquidadas não enquadradas - Educação

CONSULTA DE EMPENHOS
UG/EXERCÍCIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/2016
GERADO EM: 23/06/2017 16:28:01

Data	Nº do Empenho	Credor	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Subelemento de Despesa
05/01/2016	000109/2016	JEFERSON BUENO DE SOUZA	R\$ 11.148,93	R\$ 11.148,93	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
05/01/2016	000110/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 27.129,44	R\$ 27.129,44	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
05/01/2016	000111/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 13.725,33	R\$ 13.725,33	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
05/01/2016	000112/2016	COMERCIAL LUAR LTDA	R\$ 8.047,30	R\$ 8.047,30	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
05/01/2016	000113/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 698,00	R\$ 698,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
05/01/2016	000114/2016	PANIFICADORA DOCE PAO LTDA ME	R\$ 9.251,00	R\$ 9.251,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/01/2016	000515/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 321,13	R\$ 321,13	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/01/2016	000605/2016	COMERCIAL LUAR LTDA	R\$ 12.450,88	R\$ 12.450,88	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/01/2016	000606/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 137,01	R\$ 137,01	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/01/2016	000608/2016	PANIFICADORA DOCE PAO LTDA ME	R\$ 5.244,00	R\$ 5.244,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/01/2016	000609/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 15.998,49	R\$ 15.998,49	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/01/2016	000610/2016	JEFERSON BUENO DE SOUZA	R\$ 3.413,30	R\$ 3.413,30	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/01/2016	000611/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 9.089,32	R\$ 9.089,32	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/01/2016	000612/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 1.926,00	R\$ 1.926,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/01/2016	000613/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 104,70	R\$ 104,70	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/01/2016	000615/2016	COMERCIAL LUAR LTDA	R\$ 258,69	R\$ 258,69	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
28/01/2016	000732/2016	PANIFICADORA DOCE PAO LTDA ME	R\$ 2.792,12	R\$ 2.792,12	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
19/02/2016	001143/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 3.300,54	R\$ 3.300,54	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
19/02/2016	001144/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 16.581,38	R\$ 16.581,38	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
19/02/2016	001145/2016	JEFERSON BUENO DE SOUZA	R\$ 12.892,00	R\$ 12.892,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
19/02/2016	001146/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 5.177,67	R\$ 5.177,67	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
19/02/2016	001147/2016	PANIFICADORA DOCE PAO LTDA ME	R\$ 7.603,80	R\$ 7.603,80	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
07/03/2016	001519/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 6.483,51	R\$ 6.483,51	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
09/03/2016	001578/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 2.305,58	R\$ 2.305,58	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
10/03/2016	001580/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 11.489,62	R\$ 11.489,62	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
10/03/2016	001581/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 24.999,54	R\$ 24.999,54	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
10/03/2016	001582/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 1.749,00	R\$ 1.749,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
10/03/2016	001583/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 8.846,26	R\$ 8.846,26	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
10/03/2016	001584/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 19.720,10	R\$ 19.720,10	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
10/03/2016	001585/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 2.090,80	R\$ 2.090,80	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
28/03/2016	001957/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 524,00	R\$ 524,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
28/03/2016	001958/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 3.064,00	R\$ 3.064,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
05/04/2016	002121/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 19.639,00	R\$ 19.639,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
05/04/2016	002123/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 2.796,33	R\$ 2.796,33	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
05/04/2016	002125/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 6.943,30	R\$ 6.943,30	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
25/04/2016	002528/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 28.479,60	R\$ 28.479,60	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
25/04/2016	002529/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 9.209,43	R\$ 9.001,83	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
25/04/2016	002530/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 12.303,78	R\$ 12.303,78	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
06/05/2016	002774/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 349,80	R\$ 349,80	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
06/05/2016	002782/2016	COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUS	R\$ 128.742,26	R\$ 128.742,26	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
06/05/2016	002783/2016	LUIZ GUSTAVOO MACHADO HENGEN JUNIOR	R\$ 7.225,00	R\$ 7.225,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
06/05/2016	002784/2016	LUCIANA DE SOUSA LIMA	R\$ 18.550,89	R\$ 18.550,89	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
06/05/2016	002785/2016	AMELIA MARTHA PLUCINSKI	R\$ 9.991,85	R\$ 9.991,85	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
13/05/2016	002880/2016	ANGELA NEINHA CAMPOS	R\$ 19.256,59	R\$ 19.256,59	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
16/05/2016	002929/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 15.061,40	R\$ 15.061,40	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
16/05/2016	002930/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 10.495,89	R\$ 10.495,89	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
16/05/2016	002931/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 30.482,35	R\$ 30.482,35	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
10/06/2016	003268/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 147,00	R\$ 147,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
10/06/2016	003269/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 805,60	R\$ 805,60	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
10/06/2016	003270/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 105,00	R\$ 105,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
10/06/2016	003271/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 423,90	R\$ 423,90	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
17/06/2016	003391/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 8.981,50	R\$ 8.981,50	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
17/06/2016	003392/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 14.597,60	R\$ 14.597,60	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
17/06/2016	003393/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 1.588,20	R\$ 1.588,20	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
17/06/2016	003400/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 10.190,00	R\$ 10.190,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
17/06/2016	003401/2016	PANIFICADORA DOCE PAO LTDA ME	R\$ 2.729,30	R\$ 2.729,30	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/06/2016	003419/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 320,14	R\$ 320,14	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/06/2016	003422/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 302,12	R\$ 302,12	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/06/2016	003423/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 456,42	R\$ 456,42	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/06/2016	003424/2016	N. ZABOLOSZKY ME	R\$ 590,28	R\$ 590,28	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
20/06/2016	003425/2016	PANIFICADORA DOCE PAO LTDA ME	R\$ 245,00	R\$ 245,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
21/06/2016	003469/2016	PANIFICADORA DOCE PAO LTDA ME	R\$ 918,00	R\$ 918,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
21/06/2016	003470/2016	PANIFICADORA DOCE PAO LTDA ME	R\$ 170,00	R\$ 170,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
14/07/2016	003841/2016	PANIFICADORA DOCE PAO LTDA ME	R\$ 2.695,00	R\$ 2.695,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
14/07/2016	003842/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 6.460,43	R\$ 6.460,43	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
14/07/2016	003843/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 1.356,60	R\$ 1.356,60	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
14/07/2016	003844/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 14.151,85	R\$ 14.151,85	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
14/07/2016	003845/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 29.933,65	R\$ 29.933,65	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
05/08/2016	004147/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 12.654,99	R\$ 12.654,99	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
09/08/2016	004199/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 1.242,57	R\$ 1.242,57	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
22/08/2016	004384/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 2.614,50	R\$ 2.614,50	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
22/08/2016	004385/2016	PANIFICADORA DOCE PAO LTDA ME	R\$ 2.891,00	R\$ 2.891,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

22/08/2016	004386/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 30.928,91	R\$ 30.928,91	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
22/08/2016	004387/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 29.086,36	R\$ 29.086,36	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
22/08/2016	004388/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 14.467,49	R\$ 14.467,49	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
14/09/2016	004738/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 209,40	R\$ 209,40	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
14/09/2016	004739/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 168,00	R\$ 168,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
19/09/2016	004775/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 30.412,52	R\$ 30.412,52	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
22/09/2016	004860/2016	ERITON BRATTI	R\$ 13.908,20	R\$ 13.908,20	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
26/09/2016	004905/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 29.722,76	R\$ 29.722,76	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
26/09/2016	004906/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 14.038,00	R\$ 14.038,00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
28/09/2016	004937/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 638,40	R\$ 638,40	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
28/09/2016	004939/2016	PANIFICADORA DOCE PAO LTDA ME	R\$ 2.886,10	R\$ 2.886,10	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
24/10/2016	005351/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 33.343,30	R\$ 33.343,30	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
24/10/2016	005352/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 1.867,50	R\$ 1.867,50	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
24/10/2016	005353/2016	L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME	R\$ 20.811,58	R\$ 20.811,58	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
24/10/2016	005354/2016	PANIFICADORA DOCE PAO LTDA ME	R\$ 3.779,57	R\$ 3.779,57	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
24/10/2016	005355/2016	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EP	R\$ 15.706,40	R\$ 15.706,40	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
24/11/2016	005856/2016	M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	R\$ 6.416,72	R\$ 6.416,72	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
Total			R\$ 933.052,77	R\$ 932.845,17	